

ACTA Nº5/2011

Aprovada em 27/12/2011

ACTA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA REALIZADA EM VINTE E NOVE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E ONZE

No dia vinte e nove de Setembro de dois mil e onze teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra a quarta sessão ordinária de 2010 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Ponto 1 - Intervenção do Presidente da Câmara;**
- Ponto 2 - Regimento da Assembleia Municipal de Coimbra - alterações;**
- Ponto 3 - Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a liquidar e Cobrar em 2012;**
- Ponto 4 - Derrama do ano de 2011 a liquidar e cobrar em 2012;**
- Ponto 5 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem – 2012;**
- Ponto 6 - Transferência de imóveis propriedade do Instituto da Água, IP. para o Município de Coimbra;**
- Ponto 7 - Contrato de cedência de utilização de espaço para instalação de sistema de microprodução de electricidade - repartição de encargos;**
- Ponto 8 - Fornecimento de gás natural - repartição de encargos;**
- Ponto 9 - Fornecimento de energia eléctrica - repartição de encargos;**
- Ponto 10 - Alteração do Mapa de Pessoal em vigor, face à reestruturação orgânica dos serviços;**
- Ponto 11 - Juízes Sociais - nomeação;**
- Ponto 12 - Regulamento do Prémio de Jornalismo e Investigação Adriano Lucas;**
- Ponto 13 - Regulamento do Conselho Municipal de Segurança;**
- Ponto 14 - HOGARSUR - desafectação do domínio público de uma parcela de terreno na freguesia de S. António dos Olivais;**
- Ponto 15 – TC- Turismo de Coimbra, EM- para conhecimento.**

Adenda – Posição Financeira do Município de Coimbra em 30/06/2011- parecer do auditor externo – para conhecimento.

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

Da Bancada “Por Coimbra” (PPD/PSD-CDS/PP-PPM):

Manuel Carlos Lopes Porto, António Alberto Maló de Abreu, Miguel Jorge Pignatelli Ataíde Queiroz, Anabela Ponces Ferraz de Almeida Correia, Vasco Jorge Antunes da Cunha, António Moisés Galdes da Silva, Olinda Maria Martinho Gonçalves Sousa Rio, Filipe Alexandre Carrito Fernandes Vítor, João Francisco Lencastre Campos, Maria Helena Moura Ramos, Paulo Luís Cunha de Almeida, Miguel José Ferros Pimentel Reis da Fonseca, Hugo Filipe Martins Rodrigues e Fernando Jorge Soares Neves.

Presidentes de Junta: Victor Manuel Martins Costa, Carlos Miguel Matias Lopes, José Manuel Nunes Filipe, José Luís Antunes Vicente, Emília Filomena Semedo Teixeira Santos, José Augusto Silva Simão, António Pinto dos Santos, Francisco Correia de Figueiredo Andrade, Manuel Joaquim Bera Peixoto Ferreira, Antonino de Moura Antunes, Hélio Sérgio Soares Paulino, Helder Rodrigues de Abreu, João Oliveira Torres Pardal, José Maria Barroca, Ricardo Luís Rodrigues e Artur Jorge de Almeida da Cunha Ferreira.

Da Bancada do Partido Socialista (PS):

Fernando Luís Almeida Torres Marinho, Isabel Maria Guerreiro Nobre Vargues, Jorge Manuel Monteiro Lemos, José Manuel Ferreira da Silva, André Luís Paiva Serra de Oliveira, Mário António dos Santos Carvalho, Milene Catarina Pereira Cunha, Carlos Rogério Antunes Pinto, José Manuel Gonçalves da Silva, António José Costa Sequeira, André Gonçalo Dias Pereira e Horácio José Campos Paz Santiago.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Diamantino Jorge, Alfredo Manuel Figueiredo Pereira, Júlio da Costa Retroz, Nuno Filipe Reis da Silva, Arménio Manuel Nabo Ferraz, Manuel Veloso da Costa, José Carlos Santos Clemente, Mário Rui Barreto Bártolo, José António Marques Cortesão e Fernando Manuel Sousa Pardal.

Da Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU):

Fernando Jaime Alves Martinho, João Carlos Pinto Ângelo, Isabel Margarida da Silva Fonseca e Maria Isabel Silva Pimenta.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Jorge Espírito Santo Mendes, Vítor José Ferreira Cosme, Victor Manuel Alves Carvalho, José Luís Faria Pimenta e Joaquim Manuel Poiares dos Santos.

Da Bancada do Bloco de Esquerda (BE):

Serafim José dos Santos Duarte e José João Jorge Mendes Lucas.

"Pina Prata, Agora Sim":

José Manuel Torres Farinha

Presenças da Câmara Municipal

Além do Presidente da Câmara João Paulo Lima Barbosa de Melo estiveram presente os vereadores Maria José Azevedo Santos, João Gilberto Matos Orvalho, Maria João Guardado Martins de Castelo-Branco, Carlos Manuel Dias Cidade, Rui Pedro Gonçalves Duarte, António Manuel Vilhena e Francisco José Pina Queirós.

Mesa:

Presidiu a sessão Manuel Carlos Lopes Porto que foi secretariado por José Marques Gomes Murta, como Primeiro Secretário e Anabela Ponces Ferraz de Almeida Correia como Segunda Secretária.

O Presidente da Mesa da Assembleia iniciou a sessão quando eram quinze horas e vinte minutos

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos seguintes pedidos de suspensão de mandato nos termos do artº78º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

Deputado municipal Carlos Alberto Nunes da Silva, pelo período de 8 dias com início a 28 do corrente mês;

-Nos termos do nº1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (CDS/PP) na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição Fernando Jorge Soares Neves.

Deputada municipal Joana Margarida Alves Martins, pelo período de 2 dias com início a 28 do corrente mês;

-Nos termos do nº1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (Coligação “Por Coimbra”) na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponíveis para a respectiva substituição Hugo Filipe Martins Rodrigues

-Deputada municipal Maria do Céu Grácio Zambujo Fialho, pelo período de 2 dias com início a 28 do corrente mês;

Nos termos do nº1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (PS), na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição Horácio José Campos Paz Santiago.

Nos termos da alínea c) do artigo 38º da Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Viegas, apresentou um requerimento à Assembleia Municipal no sentido de ser substituído pelo Secretário do Executivo da Junta – Vítor José Ferreira Cosme, nos termos do mesmo diploma.

Nos termos da alínea c) do artigo 38º da Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira de Frades, apresentou um requerimento à Assembleia Municipal no sentido de ser substituído pelo Secretário do Executivo da Junta – Mário Rui Barreto Bártolo nos termos do mesmo diploma.

Nos termos da alínea c) do artigo 38º da Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Junta de Freguesia de Torres do Mondego apresentou um requerimento à Assembleia Municipal no sentido de ser substituído pelo Secretário do Executivo da Junta – Joaquim Manuel Poiães dos Santos nos termos do mesmo diploma.

Período Antes da Ordem do Dia:

Presidente da Câmara pediu a palavra em primeiro lugar para falar sobre as freguesias

“... Tem haver com este documento que certamente todos já têm conhecido nos últimos dias chamado documento verde da Reforma da Administração Local.

Este, não é ainda um instrumento legislativo, não é ainda uma lei nem decreto-lei, mas aqui são estabelecidas algumas regras que têm haver com a

reorganização da Administração Local; e nomeadamente com aquilo que já tem sido eco nos últimos dias, com a reorganização das freguesias.

Independentemente da forma concreta como isto agora foi executado, julgo que pela primeira vez temos uma ideia sobre daquilo que o Governo quer fazer.

Esta questão é uma questão delicada, como todos aqui compreenderão, uma questão importante, mexe com algo de muito antigo na estrutura do nosso País que é a estrutura e o desenho das nossas freguesias. Por isso, parece que devemos dar toda a atenção e devemos por todo o nosso peso político de cada um de nós, toda a nossa capacidade ao serviço da possibilidade de encontrarmos uma boa solução para o município de Coimbra.

Inicialmente apregooou-se muito esta ideia da reorganização das freguesias como uma maneira, uma forma de poupar dinheiro.

Felizmente já não tem sido admitido nas últimas intervenções que tenho ouvido do Governo, já se entendeu que não é por aqui que se poupa dinheiro.

Aquilo que agora nos é dito, é, vamos tentar reorganizar as freguesias para que elas ganhem mais escala, e portanto mais capacidade de acção.

Este programa que nos é aqui apresentado pelo governo é um programa que merece a nossa reflexão.

Ao pedir a palavra neste início queria dizer o seguinte:

Evidentemente que, parte deste processo andarà a cargo da Assembleia Municipal, isto é uma coisa que deve envolver todos.

Queria dizer a todos, acho que a Assembleia e Câmara Municipal, os dois órgãos do Município deverão encontrar aqui uma forma de trabalhar em conjunto, para não fugirmos a este problema, nós temos que o enfrentar, temos que não fazer de conta que ele não existe e temos que chegar a uma solução, em tempo, rápido.

Gostava basicamente, que da parte da Câmara Municipal e da parte de mim próprio em particular, tenho toda a disponibilidade e toda vontade para com todas as freguesias e com todos os deputados desta Assembleia Municipal colaborar para chegarmos a uma solução que seja uma solução razoável. Uma solução que traduza freguesias eficazes, freguesias fortes, e que salvguarde os interesses das pessoas de Coimbra.

Queria dizer isto neste início, contam comigo, vamos ver em que formas de trabalho para a frente deverá ter, mas queria dizer que estou totalmente disponível e com vontade de me meter nele e de ajudar.”

Intervenção do deputado municipal Maló de Abreu (Por Coimbra):

“Meus amigos

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, de certo modo, criou aqui um ponto prévio, ao ponto prévio. Que é naturalmente um assunto que está na ordem do dia.

Acho muito bem que o tenha criado, porque importa no que me diz respeito falar do que eu pensei e do que eu penso sobre este assunto.

Dizer-vos o seguinte:

Naturalmente não será do conhecimento, ou será pouco do conhecimento do Senhor Presidente da Assembleia que não tem Facebook, mas deveria ter porque é das novas tecnologias, que eu no dia 5 de Junho publiquei na minha página do Facebook uma singela mensagem sobre a reorganização das freguesias.

Pensando que, todos tínhamos a noção, de que a terra gira à volta do sol, ou seja, de que os factos obrigam-nos às vezes a tropeçar neles.

Mas sobretudo o que vos queria dizer sobre isso, é de que eu acho, com enorme respeito que tenho pelas freguesias, pelos responsáveis das freguesias, pelos Presidentes de Junta. Penso, que era importante que a Assembleia Municipal, de vez em quando, assumisse as suas responsabilidades. E assumir as suas responsabilidades significa que, na diversidade de opiniões de cada grupo, de cada partido, mas também de cada pessoa considerada individualmente, nós pudéssemos discutir o assunto que mais tarde ou mais cedo viria à discussão. Eu não me antecipei, eu não previ, eu não li nas estrelas, eu não andava por aí; era óbvio que este assunto, iria cair mais tarde ou mais cedo por aqui.

Em segundo lugar dizer-vos, que eu tenho opinião sobre ele, até pode ser uma opinião que seja uma minoria de um, que é a minha opinião. Mas eu também aprendi, que mesmo estando num partido, nós não deixamos de ser cidadãos, mesmo tendo militância, nós não deixamos pensar pela nossa cabeça, e que em política não há questões pessoais, não há divergências pessoais, há divergências políticas.

Portanto, as divergências que surgiram e que possam surgir, são divergências políticas, são divergências de pensamento que a qualquer momento se resolvem que a política é isso mesmo, é a arte de encontrar as melhores soluções.

Queria porventura penitenciar-me, por ter falado dois meses e meio antes, de um assunto que hoje, está na ordem do dia. Quero, provavelmente, pedir desculpa àqueles que não concordam comigo, por eu discordar deles. Mas é aquilo que eu chamo a cidadania, a minha opinião.

Terminada esta minha pequena intervenção, esta pequena parte, digamos do que eu penso. Eu sinto a obrigação de vir aqui hoje dizer. Eu também acho que este é um assunto sério, é um assunto sério demais, é um assunto que obriga a todos e a cada um de nós, que nos debrucemos sobre ele, com razão e ao contrário do que dizem certos responsáveis com emoção também, porque a política também é feita de emoção, não é feita só de razão. Devemos pôr a razão suficiente no assunto mas não devemos abandonar a emoção que nos leva a estar na política. Até porque, sobretudo, eu estou na política por emoção.

A minha proposta sobre este assunto é esta:

1º- A Assembleia Municipal não se pode afastar da discussão deste assunto;

2º- Coimbra, que é Coimbra, não se pode afastar deste assunto, nem varrer para debaixo da mesa um problema que temos que enfrentar.

3º- Temos todos, mas todos, independentemente do que pensamos, independentemente dos partidos a que pertencemos, independentemente dos grupos a que pertencemos, temos que contribuir para esta discussão e sobretudo, do meu ponto de vista, que é o mais importante, temos que ser nós a ter uma proposta sobre isto.

Não podemos esperar que Lisboa defina, mesmo sem régua e sem esquadro, que não seja Lisboa a definir aquilo que nós achamos que é possível fazer em Coimbra.

E se nós queremos que sejamos nós a definir aquilo que nós queremos que seja para Coimbra, temos que nós fazê-lo rapidamente, com uma discussão intensa, o mais alargada possível, o mais profícua possível mas, temos que ser nós a chegar a um acordo o mais alargado possível, sobre este assunto. Sei que é um assunto difícil, sei que gera jantares, sei que gera complicações, sei que gera conflitos, sei que gera animosidade, mas temos que o fazer. Porque, senão, outros farão por nós, e não deixem que a última instância, que outros façam por nós, porque vão fazer muito pior do que aquilo que nós achamos que já é mau!

Sendo assim:

Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Deve a Assembleia assumir com rapidez, um grupo de trabalho, uma comissão, e que, tendo vindo da parte do Senhor Presidente da Câmara a proposta que a Câmara integre essa comissão, seja criada imediatamente uma comissão nesta Assembleia e que inicie os seus trabalhos rapidamente, não vamos deixar para as calendas o que nós temos que discutir com rapidez, rapidez mas o melhor possível, ótimo, que seja o melhor possível e que seja bem de preferência.

A minha proposta é que se crie nesta Assembleia uma comissão representando todos os partidos. Porque, cada partido terá a sua opinião, e mesmo dentro dos partidos há quem tenha opiniões divergentes, antagónicas, pequenas divergências, grandes divergências e posições antagónicas.

Portanto, temos que permitir uma discussão alargada sobre isto. É esta a função da Assembleia.

MOÇÃO

Tendo em atenção a necessidade de ser discutido o desenvolvimento do modelo autárquico em vigor, a Assembleia Municipal de Coimbra, reunida em 29 de Setembro de 2011, delibera:

- 1) Criar uma Comissão constituída por um representante de cada partido e um membro da Mesa;
- 2) Esta Comissão integrará igualmente o Presidente da Câmara e o vereador do pelouro das freguesias;
- 3) Esta Comissão integrará um Presidente de Junta de Freguesia de cada grupo na Assembleia Municipal;
- 4) Finalmente, esta Comissão apresentará o seu relatório preliminar já na próxima Assembleia Municipal."

Finalmente dizer-vos o seguinte:

Nós, eu pessoalmente, mas posso dizer nós, e posso dizê-lo porque, em função desta situação que foi criada, solicitei aos partidos da coligação que me reiterasse no apoio político para ser o líder de bancada, e aos membros da bancada. Que há uma divergência profunda entre nós, eventualmente há uma divergência entre nós, era fundamental que eu estivesse aqui hoje, com o apoio político necessário para falar em nome da bancada.

Eu não abandonei a defesa de Coimbra, apesar do governo ser próximo de nós.

Há obras em Coimbra que são fundamentais.

Não podemos abandonar as nossas lutas antigas só porque alguns entre nós estão no Governo neste momento.

Nós não abandonamos o Metro, nós não abandonamos o troço do IC2, nós não abandonamos a ligação a Viseu, nós não abandonamos a estação Velha, nenhum destes assuntos e outros, pela minha boca enquanto líder da bancada da Coligação será abandonado nesta Assembleia.

Vamos manter portanto, todas as questões que nós levantamos no passado com o outro governo, vamos mantê-las no presente com este governo.

Porque, o mais importante do que as questões partidárias, para nós, sempre disse e mantenho-o, é Coimbra. São os interesses das pessoas de Coimbra, são os interesses das populações de Coimbra, não são os nossos interesses enquanto membros da Assembleia Municipal. Mas são os interesses desta Cidade e deste Concelho, desta gente que espera que todos os dias, nós possamos continuar a pensar nos seus problemas e a tentar resolver os seus problemas."

Intervenção da deputada municipal Olinda Rio (Por Coimbra):

"Apresentação do "IN_CHANGE" Projecto de Voluntariado

Vivemos uma época particularmente adversa. Todos sabemos. Todos sentimos.

Mas é, precisamente, por isso que, com especial relevância, os cidadãos são chamados a agir. No âmbito das suas funções e responsabilidades e, acima de tudo, com um espírito positivo e construtivo, assente em princípios de cidadania activa e responsável.

E foi assim, com base nestes dados objectivos e nesta vontade latente, que começou a ganhar o esboço de um projecto e as características de uma acção coerente e consequente, o In-Change Coimbra.

Um projecto de pessoas para pessoas. Feito com base em acções de voluntariado, envolvendo estudantes universitários de Coimbra, alguns hoje aqui presentes, destinado a contribuir para que os seus colegas - também eles estudantes, ou núcleos familiares jovens - possam usufruir de melhores condições nesta sua passagem por Coimbra, nesta etapa tão importante das suas vidas e formação.

Dito de uma forma simples, o In-Change pretende ocupar um espaço, ser complemento, potenciar métodos e processos, que permitam melhores condições de habitabilidade aos que não podem ter acesso às condições tidas como razoáveis, no seu quotidiano.

No fundo, o In-Change mais não é do que um instrumento facilitador para que, muito para além de uma formação de base e de conhecimentos adquiridos, a estadia, em Coimbra, possa representar, também, uma fase onde todos conseguimos dar e receber; olhar para a frente, sem deixar de olhar para o lado.

Mas o In-Change é, também, um pólo de convergência de diversos agentes que aqui afluem. Os voluntários, as entidades que acolhem e viabilizam as condições mínimas para a sua existência, os patrocinadores que contribuem para a sua concretização e sustentabilidade.

Constitui uma oportunidade para os jovens de exercerem, civicamente, o seu papel: nas comunidades onde estão inseridos, na sociedade em que estão integrados e num mundo, sede, como ambicionamos, de coesão social, de igualdade de oportunidades e de diálogo intercultural.

Tem como Objectivos:

- Realizar, intervenções, em termos de reabilitação ("bricolage" e decoração), em quartos de jovens estudantes, em Coimbra, ou em habitações de famílias jovens, através de voluntariado jovem, constituído em Associação Juvenil e no futuro em ONG.

- Colocar a tónica da acção desta organização no Voluntariado para a Cooperação, isto é, beneficiando também estudantes de países de língua portuguesa, que vivam com dificuldades, em Coimbra.

A nossa missão, os nossos valores, o nosso posicionamento serão sempre aqueles que, com sentido pragmático e noção da realidade envolvente, transportam algo de responsabilidade social, algo de integração cívica, algo de evolução nas mentalidades, algo de atitudes inovadoras, algo de criatividade.

É este o nosso desafio. Temos o maior gosto em apresentá-lo. E mais ainda em partilhá-lo. Contamos convosco, para que muitos outros possam contar connosco!

"

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Almalaguês:

"Três assuntos de forma muito sucinta me trazem aqui:

Está a decorrer na freguesia de Almalaguês uma intervenção relacionada com o IC3, troço Tomar/Coimbra e o troço Almalaguês/Condeixa.

Assumindo que são obras extremamente importantes para as populações, os prejuízos e os constrangimentos que nos causam são elevadíssimos. As empresas cortam o trânsito, as estradas, criam situações de difícil vivência do dia a dia. Às vezes perguntam-me se isto acontece sem o conhecimento prévio da Junta de Freguesia.

De facto, foi um problema que nos surgiu, contactei a Câmara Municipal de Coimbra e conclui que estas empresas tinham comunicado para o Município os projectos de alteração ao trânsito normal.

A minha questão é se comunicaram em Maio à Câmara Municipal, porque é que só nos comunicam em cima do acontecimento?

A segunda questão tem a ver com a Divisão de Solos, há uma rua em Almalaguês denominada e rua do futuro que ainda não está aberta. Está há seis anos à espera de ser aberta e continua por causa da expropriação de uma parcela de terreno que tem 3 metros de largura por 8 metros de comprimento.

Na Assembleia de Freguesia as pessoas perguntam como é que nos troços do IC3 as empresas entram nos terrenos, expropriam e fazem tudo o que é necessário rapidamente, a Câmara Municipal anda há 4 anos para expropriar uma pequena parcela de terreno.

O terceiro ponto tem a ver com a Reforma Administrativa e aquilo que o Sr. Presidente da Câmara e o deputado Maló de Abreu aqui disse.

Isto veio demonstrar que há urgência na reforma administrativa. e eu não tenho dúvidas. O facto de haver presidentes de freguesia que não estão a tempo inteiro, que estão lá e não estão, ou com grandes freguesias, e não lhes dão o mínimo de condições de trabalho para defenderem as suas populações. Isto tem de acabar. Temos que ser solidários, nos unir na discussão correcta destas situações."

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

"Efectivamente há pouco menos de 48 horas, somos surpreendidos com uma tentativa de destruição do Poder Local Democrático.

Já hoje, um distinto membro desta Assembleia e o Senhor Presidente da Câmara aqui se referiram às medidas que nos foram propostas, sob uma capa de uma dita reforma de Gestão Territorial e Política da Administração Local.

Vale a pena de facto, que esta Assembleia Municipal, os municípios de Coimbra e os eleitos locais percam ou ganhem algum tempo a reflectir sobre o que nos é proposto e fundamentalmente se vale a pena, abdicarmos sem mais, do que temos, do que construímos da história que é da experiência extraordinariamente relevante, sustentada no trabalho de centenas ou milhares de autarcas de todos os quadrantes partidários que construíram melhor ou pior, provavelmente aqueles que é um dos exemplos da maior participação democrática ao nível da nossa organização política.

Diria que, após vários meses de indefinição e botaria, produto da melhor escola da manipulação e conformação da opinião pública, eis que vem a público urna anunciada reforma administrativa do Poder Local.

Anunciada pelo primeiro-ministro como um "grande projeto de mudança que modernizará o país, que abrirá a economia, que revitalizará a sociedade ..." Eis-

nos presente, digo eu, a solução final, passe o mau gosto da associação de ideias, para que se reerga das cinzas o nosso país e a sua depauperada economia.

Acompanhado de uma multiplicidade de elementos estatísticos e de dados demográficos que, na sua capa de tecnicidade e madura reflexão, em boa verdade, não ligam, nem se relacionam com as intenções e propostas apresentadas, a não ser naquilo que respeita à tentativa de diminuição dos custos operacionais e de funcionamento das autarquias locais, o que se propõe é, de facto, uma grande mudança, mas para pior.

Pior, porque comporta a completa descaracterização dos elementos mais progressistas e avançados do poder local, a liquidação do que ele representa enquanto conquista de Abril com os seus elementos diferenciadores: um poder local amplamente participado; plural, colegial e democrático; dotado de uma efetiva autonomia administrativa e financeira; ocupando um lugar na organização democrática do Estado não subsidiário, nem dependente do nível central, parte de uma estruturação administrativa descentralizada cujo corolário seria, conforme a Constituição da República, a criação das Regiões Administrativas.

Uma tal “reforma” com a profundidade e extensão pretendida merece, no mínimo, digo eu, uma profunda desconfiança de todos os cidadãos empenhados no futuro das suas comunidades locais, em particular dos milhares de autarcas (que de forma encoberta são acusados de perigosos despesistas que urge diminuir, a bem da nação) estes porque em contacto com a realidade, não podem deixar de rejeitar as propostas apresentadas sustentadas em configurações teóricas, formuladas nos gabinetes das troikas externas e internas e destinadas a reduzir a sua capacidade e autonomia de decisão.

O que verdadeiramente está em causa é o desfiguramento do sistema eleitoral com a eliminação da eleição direta das Câmaras e a imposição de um regime de executivos monocores, ferindo irremediavelmente não apenas as características plurais e democráticas hoje existentes, mas sobretudo consagrando um regime construído sobre o poder absoluto e a falta de controlo democrático, potenciando a ausência de transparência e fatores de corrupção. Um desfiguramento acompanhado ainda de uma significativa redução do número de eleitos, lesiva do carácter participado e democrático do poder local. Ainda que agora se mantenha o princípio da eleição (embora diminuído nos seus efeitos), não tardará o dia em que os autores desta “reforma” procurem impor um sistema de governação local que, à boa maneira do antigamente, nomeava presidentes de câmaras e regedores para as freguesias, remetendo a gestão política para os chefes de secretaria municipais. (4º capítulo - 4.2 Objetivos específicos)

Estranho, ou não, é que a única declaração pública daquele que gostaria de ser um partido de oposição se tenha resumido não só a um apoio expresso, mas à colagem mais despudorada à alteração da legislação eleitoral para as autarquias e á consequente concentração de poderes.

Pataca a mim, pataca a ti. É o Centrão no seu melhor.

A “reforma” proposta procura instituir um regime de finanças locais, assente numa auto - sustentabilidade financeira ou seja, de tributação adicional e das populações (consolidando o que tem vindo a ser já prática corrente), mas reduzindo os fatores de coesão e ignorando o princípio constitucional da “justa repartição entre a administração central e local dos recursos do Estado”; (3º capítulo—ponto 3.2—revisão do regime financiamento)

Procura a eliminação, de facto, da autonomia administrativa com a substituição da tutela inspectiva por uma tutela de mérito e a subversão do atual regime de atribuições e competências, com a intenção de transferir competências municipais para estruturas supra municipais, numa inversão completa do que deve ser um efetivo processo de descentralização, que deve ser constituído através das regiões administrativas como refere, direi mesmo, como impõe constitucionalmente a Constituição da República Portuguesa.

Visa, finalmente, com a eliminação de um número significativo de freguesias e municípios, a redução substancial da participação política, eliminar a proximidade entre os titulares de órgãos públicos e cidadão e retirar expressão e força à representação dos interesses locais.”

Curiosamente ao contrário do que se pretende a legislação da alteração eleitoral para a eleição de deputados, quando se procura dispersar a eleição aparentemente para aproximar os eleitos locais. Há aqui uma profunda contradição entre os partidos do “Centrão” quando estão de acordo com dois elementos profundamente contraditórios em relação as lógicas de representatividade.

Há que ser coerentes a coerência faz-se como entender, a coerência faz-se em torno do poder do seu exercício e a todo custo.

Mas, estamos de acordo, que este consenso aparente que se formou no “Centrão” dos interesses o faça parecer, e não é seguro, antes pelo contrário, que o processo de destruição em curso seja um facto consumado.

Sabemos que não estamos sozinhos nesta nossa apreciação. O bom senso, a abnegação e a capacidade de entrega à causa pública de largos milhares de autarcas de todo o espectro partidário, poderá travar as intenções manifestadas.

Os portugueses irão seguramente sair a ganhar.

Em relação a esta apreciação que nós fazemos e esta proposta que aqui foi presente, valerá a pena então dizer.

Em primeiro lugar não é uma mera redução ou condensação de freguesias, porque a mera lógica administrativa tal como nos é proposto pelo documento do governo não tem, de facto, a ver com realidades concretas, com a história concreta das populações, não se trata só da questão das freguesias e da sua condensação, nem da fusão que as freguesias em si mesmo sem razões naturalmente geográficas.

Ou seja, qualquer discussão que possamos ter em conjunto não pode esgotar-se na questão das freguesias.

Estaremos de acordo e naturalmente participaremos sempre de corpo inteiro em qualquer comissão destinada a discutir sobre as matérias relevantes para os interesses do município.

O que deixaríamos aqui claro, como componente desta proposta apresentada, é que, o ponto de partida da discussão não pode ser aquilo que é proposto pelo governo, mas a nossa realidade actual, as suas virtualidades, e o desenvolvimento das sua potencialidades, mais do que, arrumarmos numa sala fachada, como se não tivesse existido nos últimos 40 anos e passássemos a discutir um modelo novo, como ele fosse inevitável já que, este modelo novo, pura e simplesmente ignora todo o historial de 40 anos do Poder Local Democrático.

Estaremos disposto sim, a não abdicar da experiência e da vida de quem nos antecedeu neste lugar, nos largos milhares de autarcas que fizeram do Poder Local de Abril, um exemplo de democracia, um exemplo de desenvolvimento, não pode ser desperdiçado.”

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE):

"Uma das questões que me traz hoje aqui é justamente este problema que o deputado Maló de Abreu trouxe em relação à Reforma que está em curso da Administração Local, que merece toda a nossa atenção e preocupação.

De facto o que está em causa, o que está em marcha é um ataque explorado à democracia local, que não tem a ver apenas com os ditamos da Troika, mas que já estava anunciada antes da troika, digamos pelo próprio governo José Sócrates, tendo anunciado Reorganização Administrativa do Território, aliás foi negociada com o PSD também, as grandes medidas daquilo que há conhecimento público sobre, nomeadamente, a questão dos executivos mono cores nas autarquias municipais que era uma das principais propostas, uma forma de parlamentarização no fundo do municipalismo, da representação dos autarcas, e creio que sobre esta matéria, eu diria que:

De facto, o deputado Maló de Abreu disse que mesmo dentro dos partidos há vozes discordantes.

Independentemente disso, a posição que o Bloco de Esquerda assume também em Coimbra é de que, estas questões da Reforma Administrativa e Autárquica não deve ser vista de uma forma conservadora, nem atender a argumentos atadismos concelhios, seculares, ou outros tais, as dinâmicas, reorganizativas administrativas são dinâmicas que têm a ver também com as próprias dinâmicas demográficas, com as novas realidades, e sobre isto a abertura para tudo discutir, já não há abertura é para discutir questões de mapa de reorganização administrativa e financeira apenas com base em argumento economicistas, em poupança. Ou seja, em vez de racionalizar o funcionamento autárquico, reforçar competências das Assembleias Municipais e das Juntas de Freguesia, democratizar o Poder Local, a ideia central apresentada é justamente a inversa, é de acabar com autarquias e autarcas, é de reduzir mais de 10 mil autarcas nas freguesias, é de fundir concelhos, municípios, é desvaziamento, de alguma forma, da própria democraticidade do funcionamento autárquico aumentando a sua centralização e portanto, tudo o que é demasiado centralizado tendo afastar-se do cidadão que deve servir.

É nesse sentido, também trazíamos uma proposta que dada a proposta do deputado Maló não fazemos a questão que a materialize, Poupe-se os considerandos. E dizia que as medidas governamentais nesta matéria exigem uma análise cuidada e propostas consistentes, por parte dos órgãos autárquicos, até porque são efectivamente necessários ajustamentos no funcionamento das freguesias e das assembleias, competências de atribuições das autarquias urbanas e rurais, reforço da participação pública para além das reuniões anuais das assembleias e aprofundamento da democracia local.

Assim, nesse sentido nós propúnhamos era justamente isso, constituição de um grupo de trabalho em que participe um representante de cada força política, para que no prazo de 90 dias um tempo razoável, para ajudar a elaborar a exposição que este órgão autárquico sobre a Reforma da Administração Local.

Não nos compete a nós, fazer propostas para outros órgãos fazerem isso, mas penso que essa comissão de trabalhos deve articular com outras eventuais comissões de trabalho que surjam eventualmente ao nível de freguesias, quer com o próprio executivo municipal.

Independentemente disso cabe a responsabilidade a este órgão, digamos de elaborar uma posição há cerca disso é a proposta que nós materializamos. Portanto, vai no sentido do que o deputado Maló aqui veio trazer.

Outro assunto que merece a minha preocupação.

Nas Assembleias Municipais de 2 de Março e a de 27 de Abril, o Bloco de Esquerda trouxe aqui duas propostas que mereceram recomendações ao Executivo Municipal que, foi uma delas, aprovada por unanimidade e a outra com uma abstenção.

Uma sobre um pacote de conjunto de medidas de apoio ao pequeno comércio da Baixa, que entre outras coisas, defendia para a possibilidade de isentar num período de 2 anos, o pagamentos das taxas anuais municipais a que estão sujeitas as actividades comerciais, e outras coisas mais simples, como isentar de pagamento de taxa estacionamento no mercado D. Pedro V, aos sábados da parte da manhã, na primeira hora de estacionamento. Também propúnhamos que o Município entre outras medidas avançasse no sentido de desburocratizar o processo do licenciamento dos estabelecimentos comerciais. Estou a falar num estabelecimento que as pessoas todas se interrogam que é a antiga Brasileira, há mais de um ano que tem um anúncio que precisa de pessoal, está fechado contribuindo para aumentar a inércia daquela rua e de toda a Baixa de Coimbra.

Em Abril fizemos proposta sobre um conjunto de medidas sociais de emergência de combate à crise, foram aprovadas com uma abstenção, em que propusemos coisas muito concretas a extinção de tarifas sociais com 50% de desconto nas taxas de água, saneamento e lixo a aplicar aos beneficiários do RSI, complemento solidário de idosos, casais desempregados e agregados familiares, cujo rendimento não ultrapasse o dobro do valor da pensão mínima do Regime Geral de Pensões.

Redução extraordinária de pelo menos 50% da renda social de habitação para casais desempregados.

Implementação, urgente, de uma cantina social.

Medidas de reforço de fornecimento de refeições (almoço e jantar), nos períodos de interrupção lectiva aos alunos carenciados.

E também concessão de passe de apoio social gratuito nos transportes para casais desempregados, entre outras medidas.

A questão que se coloca é justamente esta:

Já foi aprovado, gostaríamos de perguntar ao Senhor Presidente do Executivo Municipal, o é que já foi feito, se é que já foi feita alguma coisa, no sentido de dar cumprimento, a estas recomendações.

Porque o Bloco de Esquerda não se comparsa de aprovar moções, nós quando trazemos aqui moções não é para fortalecer o nosso ego, quando trazemos uma moção é para ter efeitos práticos, é para que sirva a população que representamos, todos nós quando trazemos uma moção é nesse sentido. Portanto, gostaríamos de saber se foram dados ou não e que passos é que foram dados no sentido da concretização destas medidas que mereceram o apelo generalizado desta Assembleia.”

Intervenção do deputado municipal Pignatelli Queiroz (Por Coimbra):

“Mais uma vez este ano estou aqui para apresentar um voto de pesar:

Acima de tudo, por uma pessoa íntegra, honesta, séria, boa convivente especialmente com valores extraordinários no campo da intervenção social. Incluindo a intervenção política.

Foi membro da Assembleia Constituinte, advogado de profissão, durante anos esteve à frente de um dos maiores estabelecimentos de ensino deste País, precisamente na terra que o veria nascer como autarca de freguesia, onde esteve durante anos, terminou a sua carreira como *Presidente da Cidade de Alcobça*, a meio do mandato por doença, é uma pessoa que diz respeito a quem o conhece muito especialmente aos milhares de autarcas de freguesia que com ele contactaram e tiveram o privilégio de ser seus amigos.

Foi Professor e fundador da ANAVIL, Associação Nacional das Vilas não sede de Concelho que foi a promotora de uma grande novidade na reunião aqui em Coimbra, no saudoso Teatro Avenida, onde as freguesias em conjunto deliberaram criar para serem consideradas parceiros sociais a Associação Nacional de Freguesias, que viria a nascer legalmente no ano seguinte no Palácio de Cristal no Porto.

Essa pessoa extraordinária com grandes valores humanos e cívicos faleceu há pouco vítima de doença. Por vários motivos, mas pelos que nos uniram, durante anos pelo reconhecimento da sua honestidade e carácter íntegros, não posso e não podemos, os que o conhecemos e os que sabem a obra dele, sempre incansável, sempre afável, sempre simpático não podemos esquecer o Dr. Gonçalves de Sapinho há poucos dias falecido.

Nessa ordem de ideias e com esse sentimento eu aqui vos proponho um sentido e voto de pesar a transmitir à sua Família, pelo falecimento do Dr. Gonçalves de Sapinho.”

Intervenção do deputado municipal José João Lucas (BE):

“Ainda os ‘Jardins do Mondego’, uma pergunta a Excelentíssima Câmara.

Na Assembleia Municipal do passado dia 22 de Junho, em nome do Bloco de Esquerda, fiz aqui uma intervenção sobre os últimos dados conhecidos, até então, sobre a evolução do caso ‘Jardins do Mondego’.

A comunicação social referia então que o Tribunal Central Administrativo do Norte, após decisão anterior da primeira instância, sobre a qual fora apresentado recurso, confirmara a nulidade do licenciamento dos lotes 1 e 18 da referida urbanização e remetera o assunto ao Tribunal Administrativo de Coimbra, para que fosse feita uma perícia técnica sobre eventuais danos ambientais resultantes da execução da sentença proferida anteriormente, a qual foi concretizada. Entretanto, a Câmara Municipal, em negociações com o promotor imobiliário, apontou para uma solução alternativa à expressa no acórdão judicial.

Decorreram vários meses e pouco se conhece sobre o desenvolvimento deste processo. Tudo leva a crer que a sentença do tribunal já transitou em julgado e que terá expirado o prazo para execução da sentença.

Atendendo a que esta Assembleia e a população de Coimbra têm o direito de saber o que se passa, solicitamos ao senhor Presidente da Câmara Municipal que:

- 1.º - Esclareça em que fase está, neste momento, este processo;
- 2.º - Informe esta Assembleia sobre as intenções da Câmara relativamente ao cumprimento da deliberação do tribunal;
- 3.º - Indique, no caso de estar empenhada em cumpri-la, dentro de que prazo o prevê fazer.”

Intervenção da deputada municipal Margarida Fonseca (CDU):

“A Educação há muito que vive numa situação paradoxal: por um lado, é repetido um discurso de reconhecimento da sua importância e de alegada prioridade na governação – desde os tempos de PAIXÃO do Eng. Guterres - por outro, são prosseguidas e aprofundadas políticas que têm a Educação como uma das áreas sujeitas a grandes cortes orçamentais que resultam, essencialmente, da desvalorização e redução de recursos humanos e materiais – práticas de sucessivos governos PS, PSD e CDS nas últimas décadas. Consoante se está no Governo ou na oposição, estas forças políticas alteram o discurso para depois, na prática, darem continuidade ou mesmo acentuando as medidas.

Para o conseguirem, têm sido tomadas medidas que assentam no aumento da precariedade das soluções impostas, no aumento do desemprego dos profissionais (docentes e não docentes) e na desvalorização do seu trabalho, na extinção de planos e projetos orientados para a promoção do sucesso educativo e o combate ao abandono escolar e numa crescente incapacidade de manter ou construir respostas sociais e sócio-educativas de grande importância para os alunos e as suas famílias.

O presente ano letivo será muito problemático para o funcionamento. Os cortes violentos, desde logo pela redução orçamental de 800 Milhões de euros imposta pelo Orçamento de Estado para 2011, um novo corte de 500 Milhões de euros para 2012, dos quais acima de 100 no Ensino Superior (redução que provocará sérias ruturas no setor) e cerca de 400 na Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário (o dobro do que era imposto pelos estrangeiros da troika).

A concretizar-se uma redução de 1.300 milhões de euros em dois anos, a situação irá tornar-se dramática na Educação!

Como o Governo refere no Documento sobre Estratégia Orçamental para 2011/2015, estes cortes resultarão de **uma ainda maior redução de recursos humanos**, ou seja, provocarão mais desemprego de docentes e não docentes, dando ainda origem a um ainda maior número de horários-zero. Isto é, serão retirados às escolas ainda mais recursos que lhes são fundamentais para que se organizem e funcionem adequadamente.

Para atingir esse objetivo negativo, já se anunciam novas medidas que repetem ou agravam as de governos anteriores: **mais encerramentos de escolas; criação de novos mega-agrupamentos; aumento do número de alunos por turma; supressão de respostas importantes no Ensino Básico, tanto no plano educativo, como social; supressão de planos e projetos das escolas fundamentais à promoção do sucesso, entre outras...**

A crise não pode servir de justificação para que se destrua o essencial, a base da construção do futuro; a Educação é, efetivamente, a base dessa construção! Ao tomar estas opções, o atual Governo, aproveitando portas que anteriores lhe abriram, ataca a Educação de forma violenta e põe em causa o futuro das gerações hoje mais jovens.

Hoje na Reunião Plenária da Assembleia da República terá início às 15h um Debate de urgência requerido pelo Grupo Parlamentar do PCP sobre abertura do ano lectivo, as fragilidades de funcionamento das escolas e o futuro da educação e do sistema educativo.

Mais e Melhor Educação, investindo na qualidade do processo educativo, não se faz com desinvestimento, com precariedade, com cortes nos recursos que atingem os profissionais mas também as crianças e jovens que são, no nosso entender, o centro da acção educativa e formativa.

Referi-me até agora nos cortes “directos” na educação mas todos sabemos que as Autarquias estão a cada dia que passa a denunciar a falta de meios económicos para assegurar competências que o poder central transferiu para a sua alçada – almoços, componente de apoio à família nos Jardins de infância, actividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo...Como vai ser? **Onde fica a Escola a tempo inteiro? Onde fica a resposta social às famílias?** Retrocedemos cerca de 15 anos no que respeita à resposta social na escola pública? **Estamos perante mais um acto de clara desvalorização da Escola Pública.**

O Grupo da CDU da Assembleia Municipal de Coimbra solicita que, sobre este assunto específico – competências das autarquias e capacidade de resposta actual – o Senhor Vereador responsável pelo pelouro da Educação informe esta Assembleia se dos elementos/dados que permitam à Câmara Municipal de Coimbra perspectivar o futuro imediato.

No contexto do concelho de Coimbra a CDU traz a esta Assembleia Municipal Algumas questões particulares da responsabilidade desta autarquia:

1 – Sobre serviço de refeições – A CDU tem conhecimento de diversas queixas quanto à qualidade e distribuição das refeições nas escolas do 1º ciclo e jardins-de-infância do concelho de Coimbra. Temos conhecimento que a União das Associações de Pais do Concelho de Coimbra em reunião com a CMC e a empresa fornecedora – Gertal – transmitiu todas as falhas detetadas até ao momento. Só para referir algumas das queixas comuns referimos:

- a duvidosa qualidade das sopas;
- a pouca quantidade do 2º prato
- até à data nunca foram servidas saladas
- atraso na entrega das refeições e consequente descoordenação com o intervalo de almoço
- durante a refeição falta a comida o que faz com que crianças fiquem a aguardar o reforço da mesma – por exemplo esta semana na EB1 dos Olivais verificou-se esta situação. Um grupo de crianças depois da sopa teve de aguardar pelo 2º prato que tinha “esgotado”...o que implicou um tempo de espera que atrasou em cerca de ½ h a entrada no período de aulas da tarde.

Senhor Vereador Dr. João Orvalho a CDU considera pertinente saber:

- qual o plano para monitorização deste serviço, quer no local da confecção, quer no momento da chegada aos diversos locais;
- quem elabora as ementas;
- quantas carrinhas fazem a distribuição e qual o tempo médio de percurso entre o local de confecção (Tentúgal) e as diversas escolas.

Ainda sobre a empresa seleccionada em concurso, no passado dia 17 de Setembro a Deputada do PCP Rita Rato, nos termos das suas responsabilidades na Assembleia da República, endereçou ao Ministério da Educação um conjunto de questões sobre o fornecimento de refeições e esta empresa em particular pois, ao

que parece, o custo base da refeição (o mais baixo das propostas) pode decorrer do trabalho precário a que os trabalhadores da empresa estão sujeitos – pagos à peça/hora ou com recurso a empresas de trabalho temporário assim como a confirmar-se a qualidade/quantidade da comida será “galinha magra por pouco dinheiro”...!!!

2 – Assistentes Operacionais - Numa reunião com o Grupo Municipal da CDU no passado mês de Julho, o Senhor Vereador João Orvalho informou ser intenção desta autarquia reforçar no início deste ano lectivo o número de Assistentes Operacionais na CAF dos Jardins de Infância. Sabemos que tal ainda não aconteceu...A medida não se vai concretizar? A ser assim continuaremos a ter situações complicadas em alguns Jardins-de-infância onde a segurança das crianças está efectivamente em causa.

Independentemente daquilo que, são as orientações gerais, se a autarquia de Coimbra, tenha a consciência que pelo menos, de que, não podemos continuar, não podemos diminuir a qualidade no atendimento nas respostas necessárias quer as crianças quer as famílias.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Sé Nova:

“Minhas Senhoras

Meus Senhores

Há largas dezenas de anos que existia na Rua do Teodoro uma montureira constituída por 3 velhos casebres, sem telhado, feitos de terra e arenitos, local de vazadouro de lixos, abrigo de bicharada que para mais obstruía o arruamento, obrigando os carros a baterem na frontaria dos imóveis.

Esta situação arrasta-se há muitos anos. Desde que ocupamos o lugar de Presidente da Autarquia sempre pugnamos pela regularização desta situação.

Nos tempos de Dr. Machado foi retirado um dos casebres, tendo ficado o resto. Na administração seguinte voltamos à carga. Foram feitos estudos relacionados com as questões levantadas pelo proprietário dum quintal.

Na semana passada para alegria nossa, dos vizinhos e de todas as pessoas que utilizam aquela zona assistimos à remoção dos restos dos casebres, alargamento da Rua do Teodoro e terraplanagem do pavimento, transformando o espaço digno duma cidade.

Perante esta situação, e por imperativo categórico, aqui estamos e propósito para manifestar a nossa satisfação pelo desaparecimento duma “Obra de St^a Engrácia”, agradecer e felicitar o Sr. Presidente da Câmara, Dr. Barbosa de Melo e seus colaboradores, por terem contribuído deste modo para a melhoria da qualidade de vida de todos.”

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

“Vou procurar antecipar-me à proposta do Regimento que todos os membros desta Assembleia trataram, para estar hoje aqui agendado de forma a que, como exemplo, seja esse mesmo regimento cumprido e também apelo ao Senhor Presidente para gerir esse mesmo tempo nos diversos tempos em que todos os representantes desta Assembleia quiseram definir. É que de facto já aqui assistimos a algumas intervenções, vindo elas aliás da mesma formação política, que muito ultrapassaram os cinco minutos.

Para nos respeitarmos devemos ser nós a dar o exemplo.

Vou tentar cumprir rigorosamente aquilo que os partidos, todos eles, pretendem que seja aqui votado e aprovado no que respeita ao uso da palavra.

Propriamente a intervenção que aqui me trouxe, venho referir-me ao Metro Mondego, ontem como hoje será e há-de ser sempre a postura do partido Socialista e muito neste sentido me desagrada aquilo que aqui foi dito pelo representante da Coligação, o deputado Maló de Abreu.

De facto:

METRO MONDEGO - ONTEM, COMO HOJE-

“No dia 12 de Janeiro do corrente ano, em sessão extraordinária, reuniu esta Assembleia Municipal, cujo ponto da ordem do dia, era o Metropolitano Ligeiro de Superfície, cuja problemática, noutras intervenções, apelidei de “QUESTÃO COIMBRÃ”.

Para tal sessão extraordinária foram especialmente convidados, estando presentes e aqui intervindo, os Senhores Presidentes da Câmara Municipal de Miranda do Corvo e da Lousã, como também o Presidente desta nossa Câmara Municipal de Coimbra.

Intervieram igualmente, o Senhor Presidente desta Assembleia Municipal, os Senhores Presidentes das Juntas da freguesia de Castelo Viegas, Almalaguês, Souselas e Santo António dos Olivais. Os deputados municipais Moisés Geraldês da coligação “Por Coimbra”, o deputado Pinto Ângelo da CDU, o deputado Serafim Duarte do Bloco de Esquerda, a deputada Prof^a Helena Freitas e eu próprio pelo Partido Socialista, tendo então que apresentado uma recomendação ao Governo que depois de discutida e emendada, foi aprovada por unanimidade e aclamação.

Era então governo o Partido Socialista.

Nessa altura tive ocasião de pedir que fôssemos todos cidadãos de Coimbra, que deixássemos as questiúnculas partidárias, as opções táticas e estratégicas, para esquecermos o tratamento de “companheiro”, “amigo” ou “camarada”. Que soubéssemos chamar-mos de “conimbricenses”.

Nessa altura, perante a invocação do PEC, para por em causa a execução do projecto por parte dos governantes, um projecto que na fase actual se diz que custa tanto fazer, como não fazer, qualifiquei tal atitude, de demagógica, um abuso á paciência dos conimbricenses. Afirmamos mesmo, porque Coimbra está primeiro que o Ministério das Obras Públicas, na matéria, era uma floresta de enganos.

O Partido Socialista, em Coimbra, deu tudo para este peditório e continuará a dar até que se concretize a satisfação das populações de Miranda do Corvo, Lousã e Coimbra.

Ontem como hoje afirmamos que:

- A requalificação urbana de Coimbra, que urge, está em absoluto dependente da implementação das obras do Metro, da abertura definitiva do chamado Canal da Baixa, que partindo da Loja do Cidadão, atinge a zona histórica da cidade.
- A zona ribeirinha da Estação Nova à Estação Velha tem no Metro Mondego a alavanca do seu desenvolvimento turístico, de lazer, comercial e civilizacional.
- A envolvente dos Hospitais e Universidade de Coimbra, saturada com o afluxo de pessoas e viaturas vê no Sistema de Mobilidade do Mondego a esperança da sua revitalização ordenada. Esperança que de igual modo invade a densa zona habitacional que rodeia o Estádio Cidade de Coimbra.

- O desenvolvimento ordenado e a prosperidade dos espaços urbanos dos Municípios de Miranda do Corvo e da Lousã estão também absolutamente dependentes deste projecto.

É por isso, caros deputados de todas as bancadas, conimbricenses, em uníssono, a uma só vez, sem “tibiezas, hesitações e economicismo”, como ontem li num oportuno artigo de opinião publicado na nossa imprensa regional, elegemos como prioridade máxima e primeira para Coimbra a concretização do Projecto Metro Mondego.

Para tanto, não podemos deixar de dizer e recomendar ao nosso Presidente da Câmara, atenção redobrada, capacidade de reivindicação, afirmação, agora e já, para que nos trabalhos preparatórios do Orçamento de Estado para 2012 serem previstas as verbas necessárias à implementação da recomendação aprovada nesta Assembleia na dita sessão extraordinária de 12 de Janeiro do presente ano e resoluções consequentes aprovadas na Assembleia da República."

Intervenção do deputado municipal Mário de Carvalho (PS):

“Quero deixar aqui hoje mais algumas notas, vou ser o mais rápido possível, e no seguimento a um artigo da imprensa local nomeadamente o que toca à limpeza.

Continuo a achar que a Cidade de Coimbra, é uma cidade pouco limpa, obviamente que a responsabilidade maior não é da Câmara Municipal, é tudo uma questão de educação e de civismo, penso que aqui a Câmara tem um papel a desenvolver nomeadamente numa maior comunicação e proposta com as autoridades locais, ou seja, com a Polícia Municipal, com a GNR ou com a Polícia de Segurança Pública, no sentido de punir quem efectivamente prevarica, nesse sentido.

Inclusiva a serem multados de deitarem um papel para o chão, só assim poderemos ter uma cidade limpa, a cidade da saúde e de ambiente.

Por outro lado pode ter um papel mais pedagógico, na colocação de outdoor's nas entradas principais da cidade, no sentido precisamente de aviso para quem entra na cidade possam ver uma cidade de limpa e queremos ser uma cidade limpa.

A outra nota é lembrar, também, e com base na informação que tem vindo nos jornais, que faz alguns anos a co-incineração, praticamente do anterior Presidente da Câmara, que entretanto “fugiu” quando as coisas começaram a aquecer relativa ao Metro, nessa altura não fugiu e quase convocou um conselho de estado para defender a causa de Souselas e da população de Coimbra.

Acontece que vem agora um artigo, do Provedor do Ambiente, e que eu passo a citar e que no fundo levanta aqui algumas preocupações.

O Provedor da Câmara de Coimbra, *“lamenta a operância de alguns organismos regionais em relação ao processo da queima de resíduos em Souselas. Em causa o facto de não existir quais queres estudos relativos á saúde das populações que aliás estava previsto.”* Ele pergunta vai mais longe. *“Onde estão os estudos dos impactos da saúde pública? quem é que está a monitorizar? quem estuda e que fiscaliza?”*

Sendo o Professor Massano Cardoso especialista na matéria, em termos de epidemiologia, tem toda a legitimidade para fazer estas perguntas, são questões que eu penso que devem ser respondidas.

Outra questão, dando sequência a um artigo, que veio recentemente, e que o senhor vereador Paulo Leitão diz que a Câmara Municipal de Coimbra está bem de saúde em termos financeiros, e sendo assim, salto para outro artigo publicado esta semana sobre um protesto que mais uma vez da população de Pereira na zona

de Arzila sobre a Ponte do Paço, lamentar que efectivamente aquela ponte da forma como se encontra é uma vergonha, porque incorpora ali uma das principais entradas para a Cidade de Coimbra, e a Câmara de Coimbra tem de ter uma visão cada vez mais descentralizada, uma visão regional.

Penso então se a Câmara está também financeiramente seria bastante útil que construíssem ali, mesmo ao lado uma ponte, que no fundo aquilo é um pontão não será assim tão caro.

Se eventualmente a Câmara de Coimbra não tiver essa capacidade, eu até solicito à população de Pereira que façam um peditório no local, eu próprio o farei para conseguirmos arranjar algum dinheiro para ajudar a construir esse pontão ou ponte, como lhe quiserem chamar, é lamentável que situação que já se arrasta há anos.

Deixo aqui esta provocação que é assim que se pode chamar.

Para terminar, uma nota a que se refere à educação e também para citar, uma vez que, esteve em Coimbra o Ministro em que considerou que o Centro Escolar da Solum é uma escola que notabiliza e que orgulha a Cidade, e mais longe, está connosco, convosco para a realização de um trabalho excelência.

Ora, eu gostava de lembrar que tal como foi dito na última Assembleia Municipal pelo Presidente das IPSS, que era uma questão que envolvia, muita celeuma, e de facto assim o ocorreu. Logo na abertura ocorreram problemas, de certo modo com alguma gravidade, nomeadamente em Souselas, no Centro Escolar da Solum e concretamente em relação à distribuição da alimentação. Não me vou alongar muito, porque a exposição foi consequentemente concreta e objectiva e abordou todos os pontos.

Nesta parte não só quero lembrar também que existem ainda escolas a funcionar dentro de contentores, uma delas a de St^a Clara é de lamentar isto, se é esta a excelência que temos, temos que ultrapassar rapidamente.

Em relação à Carta Educativa, é uma carta que extremamente que promove a diferença notória ao nível do Concelho, cada vez mais o investimento é feito na zona urbana, ou seja, há uma centralização e esquecem a zona mais rural, mais periférica. Portanto, tendo sido de excelência, realmente para evitar a migração cada vez maior das crianças das zonas rurais para o centro cidade também aqui a Câmara deve ter uma palavra a dizer.

Para terminar acho, quando se coloca uma escada numa parede errada corremos o risco de subir os degraus também ir na direcção equivocada, no entanto, é glorioso também saber corrigir os erros.

Finalmente, vou deixar uma frase que, ao descer a Rua da “Figueirinha” ouvi duas pessoas, que seriam duas vendedoras locais a dizer a seguinte frase: “Agora não consigo meter mais que 100€ de lado.”

Intervenção do deputado municipal Jorge Lemos (PS):

“Duas notas rápidas, gostava que o deputado Maló de Abreu tivesse um pouco de atenção porque há aqui uma nota que lhe quero dirigir.

Para já agradecer a sua intervenção, gostei imenso do recado que deu para dentro do seu Partido, foi um recado interessante tem o meu apoio, estou-me a referir ao seu artigo sobre a junta de freguesia, levou nas orelhas e hoje aqui deixou um recado muito interessante.

Relativamente a esse caso, penso que, a coragem do Senhor Presidente em abordar este problema é importante, tem o apoio efectivamente do partido

Socialista, um caso que gostava de referir e que devem ter a atenção, segundo aquilo que se lê na imprensa sobre este assunto.

A distância entre a Cidade de Coimbra, penso que é este marco que está aqui à porta da Câmara, e as freguesias é feita como? É um caso que deixo para futura reflexão.

Dois pontos que queria aqui também focar.

Na sequência do que disse o deputado Mário Carvalho, também penso que, a Cidade não é limpa, na circular externa, as ervas do separador central já parecem arbustos, a Câmara não tem serviços de tratamento dessas situações? Uma das entradas principais de Coimbra tem aquele separador central não é condizente com a cidade que temos. Assim com, o acesso ao hospital aquele primeiro troço em que estão aquelas pedras ali parece que não tem dono.

Agora gostava que a Câmara tivesse alguma atenção sobre este caso.

A Câmara de Coimbra, e muito bem, fez uma inovação tomadas para carregamento dos automóveis eléctricos, espalhadas aqui na nossa Cidade, aplaudo, senhor Presidente muito bem! Só que, conheço pessoas com carros eléctricos que já percorreram relativamente a alguns dias todas as tomadas instaladas na cidade e nenhuma delas ainda funciona e tiveram que carregar o carro eléctrico em casa.

Ora bem, gostava de saber se essas tomadas já funcionam ou não e quando é que pretendem pô-las em funcionamento, eu neste momento posso dizer, não sei se hoje estão a funcionar! Ou se já estão a funcionar.

Era esta questão que gostava de saber.”

Intervenção do Presidente da Junta Freguesia de S. Martinho de Árvore:

"O que me trás aqui é o seguinte:

Cresci em S. Martinho de Árvore, conheci S. Martinho de Árvore antes do 25 de Abril e depois do 25 de Abril, e depois tenho a história de amigos meus, que fizeram parte da Junta de Freguesia e trabalharam para que aquela terra se desenvolvesse.

Então aquela terra tem hoje, escola melhorada, um posto médico que infelizmente já não funciona, tem uma pré-primaria, tem estradas asfaltadas, tem hoje via de comunicação que são óptimas, podemos hoje circular hoje dentro da freguesia de carro ligeiro mesmos nos caminhos municipais, isto tudo às custas de todas as pessoas que ali passaram pela aquela junta, ou seja, foi uma Junta de Freguesia que reivindicou e teve ao longo destes anos, pessoas à sua frente que permitiram que ela se desenvolvesse. Portanto, o que quero dizer com isto, é que, eu não tenho a certeza, se a freguesia de S. Martinho de Árvore fôr extinta ou a nova forma organizativa que venha a ter, que venha a ter o mesmo poder reivindicativo que hoje tem, não tenho a certeza que isso possa ocorrer.

Assim como não tenho a certeza hoje, que os caminhos que nos levam, nos levarão a melhor porto. Porquê?

Porque estive a fazer umas contas por alto, e verifico o seguinte:

Aquilo que o Estado vai poupar em termos orçamentais, podemos equipará-lo a um vencimento de alguns ilustres num ano.

Portanto, há vencimentos neste País que no final do ano é equivalente a essa poupança em termos económico.

Em termos organizativos, há coisas mais importantes que temos que pensar neste País, e nomeadamente naquela zona, temos que pensar que o posto médico já encerrou, ou seja, encerrou para férias e até ver o médico deve continuar de

férias, lamentavelmente aquelas pessoas tivemos que organizar um sistema para aquelas pessoas que não tem meios de se deslocarem, arranjar uma carrinha através do grupo sócio desportivo, que está a fazer esse trabalho e muito bem, a leva-las aos médicos nas preferias, sabem quanto é que custa um bilhete do Moisés Correia de Oliveira para S. Silvestre logo ali ao lado, cada viagem é 1,25€ para pessoas que ganham reformas de duzentos e poucos euros. Nós, arranjamos esse sistema para que as pessoas pudessem ter assistência médica, casos como este têm acontecido, pessoas que são operadas, levam a carta do hospital ao médico de família para mudar um penso não tem domicílio tem que se deslocar ao posto médico mais próximo, e tem de pedir a alguém para as poder deslocar a esse local, tem de se ter atenção a estes pormenores, fecham os postos médicos, fecham os postos dos correios, fecham-se escolas, que País é que estamos, que evolução está a ter este País?

Temos que ter contribuintes, que é daí que vem o rendimento para que o País sobreviva, é dos contribuintes que o País recebe receitas para financiar a saúde, a educação e a própria sustentabilidade da Administração Pública, agora se não temos contribuintes como é que vamos conseguir ir para a frente? Que Estado estão a criar?

Hoje querem o apoio à família, querem nascimentos, as pessoas que tem filhos hoje tem muitas dificuldades em os criar, pensam será que vale a pena ter mais filhos, neste País que temos.

Portanto, aquela zona, aquela margem direita, não tem transportes públicos, a empresa Moisés Correia de Oliveira faz os transportes à hora que lhe apetece. As pessoas à noite não têm como se deslocarem porque não há transporte público tem que se desenrascar de qualquer maneira, se tem de trazer carro não tem dinheiro para se deslocarem todos os dias para o seu local de trabalho.

Portanto, hoje, verifica-se o contrário, aquilo que se conseguiu após o 25 de Abril, ou seja o que se conseguiu como a saúde com postos médicos, a educação com escolas públicas, os centros culturais, etc., etc., hoje estamos a fechá-los. O que é que levou a que hoje, se esteja a fechar isto tudo?

Será que se estudou, ou se, se vai estudar o efeito que vai ter esta nova forma organizativa em termos de poupança do Estado? Em termos de eficiência para as populações.

É bom que pensamos nisto, nós como trabalho de um político, deve ser aquele que determina o bem estar das pessoas. Já estudaram o que vai acontecer se é efectivamente para o benefício das pessoas? Será que as pessoas vão ter mais valias?

Portanto, é para dizer, que aquela margem direita na qual querem acabar com a Junta de Freguesia, teve gente que trabalhou, teve gente que se dedicou e teve gente que conseguiu coisas, não conseguiu tudo, falta muita coisa, não conseguiu, por exemplo, um pólo onde se crie emprego e entretanto continuamos a vir todos para Coimbra procurar o nossos postos de trabalho ou para a preferia, porque neste momento, há muita gente do nosso concelho, está a ir para Cantanhede, para Montemor, Figueira, etc. para trabalhar e muito deles até arranjar habitação para permanecerem lá.

Há aqui uma série de questões, senhor Presidente da Câmara, Senhor Presidente da Assembleia e senhores deputados que teremos de pensar muito bem. Não é só fechar, temos que perceber fechar porquê e para quê?"

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Souselas:

“Quero elogiar a intervenção do deputado Mário Carvalho e a sua preocupação com a questão de Souselas. Mas, também fazer aqui um pequeno apontamento, estou consigo, agradeço essa sua preocupação pelo o bem estar e da saúde das pessoas da freguesia de Souselas. Tem sido uma luta contínua e constante da freguesia de Souselas.

Hoje disse-o e bem que está preocupação com a saúde e bem estar e das condições locais em termos ambientais. Mas, de facto também não é menos verdade que foi o seu Governo e o ex-primeiro ministro Eng.º José Sócrates, que não permitiu que fosse feito o estudo de impacto ambiental e que tivéssemos uma caracterização da situação local. Se alguém tem a responsabilidade é seguramente quem esteve no governo no passado de facto não quis fazer aquilo que a lei obrigava. Mas a sua preocupação é legítima e elogio por isso e também não tem culpa da decisão do Governo.

E também não é menos verdade que foi feito um estudo de saúde no ano 2005, pela Administração Regional de Saúde do Centro, portanto supostamente, uma instituição insuspeita e o facto é que esse estudo de saúde, só serviu para transmitir para a comunicação social, o que as autoridade de saúde a partir de daí fizeram, zero. Não fizeram estudos mais detalhados, não fizeram plano para intervir no local, de facto é lamentável a atitude das autoridades de saúde, já o manifestei num jornal local, mas também obrigado pela a sua opinião e à comunicação social. A Junta de Freguesia não tem andado distraída nisso e antes pelo contrário, e está preocupado e era bom que as autoridades de saúde ao fazerem estudos para irem para dentro de uma gaveta e que dessem a continuidade aos estudos, e mais do que isso que implementassem no terreno as medidas correctivas necessárias para o bem estar da população.

Também quero falar da reforma administrativa e política, grande o Presidente da Junta de S. Martinho, porque disse tudo, é que neste momento fecha-se tudo, fecha-se os CTT, as delegações de Saúde, fecha-se tudo o que existe nas freguesias, tudo aquilo que fôr fundamental para o bem estar e social económico das freguesias e para o bem estar das populações. E agora de uma forma bruta, fecham-se também as junta de freguesia. Compreendo aqui a preocupação de alguns deputados, compreendo também que não podemos fugir à discussão do problema, mas há uma questão que é esta:

Em primeiro lugar, é um problema dos Presidentes das Juntas de Freguesia, e tem de ser eles a tomar a palavra, e não pode ninguém vir a decidir pelos Presidentes de Junta de Freguesia, tenho muito respeito pela Assembleia, tenho muito respeito pelos deputados, mas em primeiro lugar essa discussão cabe e deve àqueles que representam o povo das suas freguesias, as autarquias e os executivos das juntas de freguesias. É um alerta que deixo a todos os colegas, não podemos em circunstância alguma que outros venham discutir e passar a tomar a nossa posição que é um direito próprio e que fomos eleitos para defender a freguesia e para representar a freguesia.

Acho que, de facto, é um aspecto fundamental, nós a nível da ANAFRE já fizemos o encontro distrital, compreendo que tenham discutido, compreendo que tenha haver reforma administrativa, mas não pode ser de régua, nem de esquadro nem de borracha.

O que está a aparecer neste momento com todo o respeito do documento que foi apresentado, isto é um assunto demasiado sério, quero elogiar o Senhor Presidente da Câmara porque, de facto, pôs-se ao lado das freguesias pela decisão que tomou publicamente, elogio por isso, não se pode ferir o poder local

democrático simplesmente apagá-lo mas estão a fazer isto mesmo de régua e de borracha e calculadora. Primeiro a calculadora é o número de habitantes, depois a régua é a distância ao município e depois a borracha com que se apagam algumas freguesias. Já resolvi o problema da minha freguesia, convoco uma Assembleia de Freguesia, mudo a sede da Junta de freguesia e já estou a mais de 10 km do município e portanto já cumprio dois dos critérios. É fácil de resolver isto, como vêm a distância dos 10Km não está correcta.

Deve ser considerado outros aspectos, nomeadamente os aspectos históricos, em termos locais, em termos municipais, a tradição, os aspectos sociais, os aspectos económicos, as dinâmicas territoriais, o isolamento ou a interiorização da população e das freguesias, os índices de desenvolvimento económico social de cada uma das freguesias, digamos, se está ou não adequada com equipamentos de educação, se está ou não dotada com equipamentos de cuidados de saúde, etc., etc.

A Troika não só falou das freguesias, falou dos municípios, e ninguém fala da questão dos municípios, porquê, porque estão a pensar em atacar os mais fracos e mais pequenos, os mais fracos e os mais pequenos supostamente na mente de algumas pessoas, na estrutura e hierarquia do estado é as freguesias e foi ai que começaram.

Isto tem de ser feito de uma forma racional, objectiva e clara, mas também não ferindo digamos a identidade de cada uma das freguesias. Este é um aspecto fundamental e importante.

Para terminar independentemente de constituírem comissão ou não, aqueles que tiverem na comissão ou fora dela, em primeiro lugar tal como disse, o assunto deve ser discutido entre os Presidentes de Junta, e não por terceiros ou por outros. Na forma que as coisas estão neste momento apresentadas, naturalmente não concordo porque não é desta forma numérica que se eliminam ou se criam freguesias. Portanto, devemos estar independentemente das diferenças que existem entre nós Presidentes de Junta, opiniões naturalmente neste caso é o interesse colectivo, é o interesse das freguesias e temos que estar unidos, juntos e defender aquilo que defendemos que é digamos defender o poder local autárquico e democrático. Defender as freguesias e a sua continuidade.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu:

“Venho aqui expôr três questões.

Uma delas depois de tanta trovoadas, em relação a um evento que nós realizámos e que criou aí algum desaguisado entre a Câmara e a Freguesia de S. Bartolomeu, de igual modo eu insurigi contra, hoje, venho aqui publicamente, agradecer à Senhora Vereadora o modo como destacou os colaboradores da Cultura na actividade de colaboração neste evento. Quero dizer mais, senhora Vereadora que mandei, por escrito, um ofício ao seu departamento. Porque quando é bem é bem e os funcionários que a senhora tutela nomeadamente a equipa que foi destacada para acompanhar, e bem, em 2 dias o evento realizado na feira de S. Bartolomeu, foram excelentes.

Quero com isto dizer, que para a avaliação da nota do trabalho desenvolvido, com estes colaboradores não cito os nomes porque acho indelicado da minha parte, mas vossa excelência saberá quem são, quero aqui publicamente agradecer a forma amigável e desinteressada que esses colaboradores tiveram a trabalhar com a Junta de S. Bartolomeu até altas horas da noite nos 2 dias do evento.

Mas como nem tudo são rosas, eu há uns anos aprendi nesta Câmara “Coimbra limpa tem mais Encanto”, já vi aqui alguns deputados municipais algumas intervenções, eu falo sobre a Baixa de Coimbra, S. Bartolomeu em concreto, e se o meu colega de Junta de St^a. Cruz não se importar, porque também somos parceiros e vimos por uma rua direita e esquerda. É lamentável que, na Baixa de Coimbra, onde nós queremos trazer turistas, e a Senhora Vereadora da Cultura trás alguns eventos e muitas personalidades a Coimbra, que os contentores da Baixa de Coimbra estejam no estado em que se encontram, não são lavados, estão num estado miserável. E portanto, Senhor Presidente da Câmara alguém tem de tomar a responsabilidade e puxar as orelhas a quem tiver que puxar.

Dou só dois exemplos: na rua Direita estão lá contentores rodeados de mosquedo, onde há restauração; na zona do Largo das Ameias, também tem contentores, e zona que é visitada por muitos turistas que vêm à Cidade de Coimbra e visitam a Baixa, estão num estado vergonhoso; para que isto não chegue junto à Loja do Cidadão, e sobre esses, está aqui o senhor deputado Maló de Abreu que numa incursão à freguesia de S. Bartolomeu viu com os seus olhos o estado em que se encontram aqueles famigerados contentores. Deixo aqui que “Coimbra limpa tem mais Encanto” só na teoria, porque na prática está a piorar.

Felizmente que nós ainda vamos tendo chuva as ruas estão num estado miserável, nomeadamente a rua que dá acesso à “Capela”, como sabem é o Centro Cultural do Fado de Coimbra, aquela Rua Corpo de Deus, eu convido-os a visitar e a verificarem o estado lastimoso em que se encontra aquela rua, entre outras.

Dizer-vos também que nós, freguesia de S. Bartolomeu, em relação à recolha de Resíduos Sólidos temos feito campanha de limpeza, mas como disse o deputado Mário de Carvalho e bem, que há pessoas que nem a viverem nos pinhais sabem viver, quanto mais s numa cidade, não respeitam horários, não respeitam nada. Tem á ver com a educação, mas também é preciso a contrapartida da situação.

Eu não sei há quanto tempo o “Jazz ao Centro”, mas como é que é possível na Rua Ferreira Borges e Visconde Luz, ainda estarem pendurados, os pendões, relativos ao evento do “Jazz ao Centro” que foi no verão. Os pendões estão todos torcidos é na zona central da Cidade. Já enviámos um ofício para a Câmara, tiraram-nos hoje, porque à hora de almoço, os pendões estão todos num estado miserável pendurados nos candeeiros.

São estes pormenores, que as vezes mancham efectivamente a nossa Cidade.

Ouvi, com muita a tenção, a intervenção do deputado Maló de Abreu; ele num órgão da comunicação alertou para esta situação e é verdade que criou muita turbulência a nível das freguesias, até do seu próprio partido, com os meus colegas autarcas.

Mas é interessante o que nós viemos a ler na comunicação social, só visa as freguesias e a Troika dá para tudo, dá para as freguesias, quando convêm a quem está no poder, é que a Troika também fala nos municípios, e sobre essa questão o secretário da Administração Local não diz nada, é que o Senhor Secretário da Administração Local vem do concelho que é tão pequenino em termos de residentes e de eleitores pior que a maior parte das freguesias de Coimbra.

Então vamos começar de cima para baixo. E aqui, os lóbis na Associação Nacional de Municípios são muito fortes.

Nós, de facto, autarcas de freguesias continuamos a ser sempre o parente forte, e somos o alvo a abater. Desde as Assembleias Municipais, que havia e há decisões com a nossa não participação nas mesmas, mas a verdade é esta, quando há qualquer borbulha em termos autárquicos não é ao presidente da Câmara que

batem à porta é ao Presidente de Junta em primeira linha. Veja-se inclusivé o que aconteceu na questão das alimentações, mas foram os Presidentes de Junta na sua maioria que tiveram os problemas e que os resolveram. Aqui é o Poder Local junto da população.

Portanto, deixava aqui claro, sei que o senhor Presidente da Câmara nesta matéria está connosco, não concordo com a proposta do Bloco de Esquerda em relação à comissão um membro de Assembleia por bancada. Não! É preciso um membro dos eleitos e um Presidente de Junta, porque somos nós que estamos no cerne da questão, e somos nós que vamos resolver a questão. Porque quer, quer não as juntas de freguesias têm muito poder. As pessoas não acreditam, nós vamos ser unidos e vamos mostrar ao governo que efectivamente, aos que fazer as decisões por cima, conforme a Troika determina municípios e freguesias, estou de acordo com a redução mas não estou com cortes cegos.”

Intervenção do deputado municipal André Oliveira (PS):

“Em 29 de Dezembro de 2009, nesta mesma Assembleia, foi aprovada uma recomendação que dizia “Implementação da lei nº8 de 2009 de 18 de Fevereiro que estabelece o regime dos Conselhos Municipais de Juventude no prazo máximo de 30 dias a partir da presente deliberação.”

Estou-me a referir aos Conselhos Municipais de Juventude, deve ser a minha quarta intervenção, nesta mesma Assembleia, a apelar ao Presidente da Câmara, ao vereador e a esta Assembleia que efectivamente haja um Conselho Municipal de Juventude em Coimbra.

Passaram praticamente 2 anos da minha primeira intervenção aqui, e nada foi feito. Para mim é completamente inaceitável, no momento em que nós já temos, inumeras Câmaras Municipais com Conselho Municipal de Juventude, e há aqui uma clara falta de vontade política por parte do Sr. vereador Luís Providência e com toda a Câmara Municipal também a colaborar com esta mesma falta de vontade política.

Relembro que o Conselho Municipal de Juventude é um espaço próprio para ouvir os jovens e para discutir as políticas de juventude para o concelho de Coimbra, nada foi feito! É uma vergonha!

Neste momento temos um projecto, que faz pequenas alterações à lei que já existe, subscrito pelos três maiores partidos, na Assembleia da República, em que todos se revêm nestes Conselhos Municipais de Juventude. Só Coimbra é que efectivamente não se revê.

Portanto, a mim parece-me que há aqui uma falta de vontade para ouvir os jovens.

Gostaria de perguntar directamente, quando vamos cumprir a lei?

Quando vamos ter um Conselho Municipal de Juventude?

Não queria vir aqui, de Assembleia Municipal em Assembleia Municipal sempre a levantar esta questão parece que há limites e estamos praticamente em 2 anos.

Antes de terminar este assunto, penso que os Conselhos Municipais de Juventude também esta preocupação deve ser partilhada pela maioria dos deputados em particular pelos deputados jovens de outras bancadas também aqui presentes, apesar de nunca os ter ouvido falar sobre este mesmo assunto.”

Outro dos pontos que vos queria trazer aqui hoje, prende-se com a Academia de Coimbra.

Como sabemos a vivência desta Cidade, a sua evolução e, em grande parte, a sua sustentabilidade é indissociável do contributo que, ao longo dos anos a Associação Académica de Coimbra tem sido proporcionado.

Como sabemos, é inquestionável, o contributo que ao longo de quase 124 anos de história através da sua participação política, social, desportiva e cultural, que efectivamente têm sido prestado à cidade e por vezes muito ao País. Por isso Coimbra é conhecida por ser uma cidade universitária jovem e cheia de vida, fruto de ser uma verdadeira e única cidade dos estudantes!

Como é do conhecimento geral, no que toca ao Turismo, efectivamente Coimbra tem enorme potencial turístico mas, dificilmente tem conseguido atrair pessoas e turistas para Coimbra.

Na verdade, as únicas âncoras turísticas mediáticas que Coimbra anualmente possui em termos de eventos, ao longo do ano fixas já a um conjunto de anos são as Festas Académicas, a Queima das Fitas e a Festa de Recepção ao Caloiro.

São semanas em que temos aqui a entrada de um conjunto significativo de todos os estudantes do País, vem efectivamente gente para Coimbra, revitalizando determinadas zonas, que ao longo do ano efectivamente o comércio e a economia praticamente inexistente e nessas semanas efectivamente nota-se uma vida e um reforço da economia local.

Infelizmente, parece que o executivo local voltou a esquecer o importante impacto económico e social e a relevância mediática que a Queima das Fitas e a Festa das Latas têm para a cidade.

Como tivemos a oportunidade de ver recentemente na comunicação social através da vontade explícita de aplicar taxas à Associação Académica de Coimbra, no que concerne a autorização da Praça da Canção para estes mesmo eventos.

Importa referir neste momento, que o Poder Local não pode nem deve esquecer que resultados financeiros positivos nos últimos anos têm estado associados à organização da Queima das Fitas, com um único objectivo que é potenciar a cultura e o desporto na Associação Académica.

Senhor Presidente, já que mais uma vez, o Sr. vereador Luís Providencia, não está presente nesta Assembleia, gostaríamos nesta intervenção, de esclarecer, que o PS concorda inteiramente com o apoio local a grandes eventos, que o Executivo tem vindo a apoiar, nomeadamente determinados concertos que foram relevantes para a Cidade e que foram devidamente apoiados.

No entanto, discordamos, profundamente desta insensibilidade, e desta falta de visão perante estas âncoras que são estas festas no que concerne à Associação Académica de Coimbra.

Mais a mais, na nossa qualidade de deputados, sabemos que existe um protocolo de entendimento entre a Associação Académica de Coimbra e a Empresa Municipal de Turismo, neste caso liderada pelo senhor vereador Luís Providencia, e somos surpreendidos com declarações, num jornal em que coloca em causa este protocolo, sem ter uma única reunião com nenhum dirigente da Associação Académica de Coimbra.

Se efectivamente algo está mal, e eu discordo, não tenho conhecimento de causa, no meu entendimento, não há outra forma de fazer política senão, as partes sentarem-se à mesa e fazerem o balanço se efectivamente há alguma falta de cumprimento por parte da Direcção Geral ou por parte da Câmara Municipal.

Isto não foi feito e é lamentável, que se venham fazer declarações, a colocar em causa essas mesmas taxas numa altura em que estamos para iniciar mais uma recepção ao caloiro.

Aproveito esta oportunidade, para referir, que o Partido Socialista também concorda com partes presentes neste protocolo, como a realização de benfeitorias por parte da AAC, que vem beneficiar aquele espaço, vem beneficiar eventos municipais que ali possam existir e também os núcleos e as secções desportivas, culturais da Associação Académica de Coimbra que queiram ter ali outro tipo de actividades.

No entanto, em momento algum podemos concordar com uma pura e dura cobrança de taxas por parte da Câmara Municipal.

Quando temos exemplos como no Porto, as festas tem menos tradição de que a nossa, em que temos cedências por inúmeros números anos, temos apoios incalculáveis para realizar estas festas porque efectivamente o executivo considera que essa mesma festa é relevantes para a cidade. Não acredito que a Câmara de Coimbra não considere que a Queima das Fitas e a Latada são relevantes.

Sr. Presidente é lamentável que o Sr. Vereador, que ainda agora ter assumiu os destinos da empresa municipal de turismo, tenha começado desta forma. Temos a certeza que este não é o caminho, para dinamizar o turismo em Coimbra, muito menos servir-se da AAC para evitar o preocupante colapso financeiro que é de todos conhecido desta empresa municipal, mas reservemos essa discussão para o último ponto.

Por último, convidamos o Executivo a não esquecer tudo o que foi referido nesta intervenção, isto sob pena de serem os próprios estudantes a esquecerem o governo da cidade.”

Intervenção do deputado municipal Horácio Santiago (PS):

“As IPSS de Coimbra reuniram com o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Coimbra e com o Sr. Vereador da Cultura, no dia 9 de Setembro. Após alguma insistência e a formalização de dois pedidos, para tratar dos assuntos decorrentes da abertura do concurso público para fornecimento de almoços nas Escolas do 1º ciclo e Jardins-de-infância lá foi marcada a reunião.

Mais vale tarde do que nunca.

Tivemos oportunidade de comunicar a nossa indignação pela forma como foi aberto o concurso, pela forma como desconsideraram as Instituições, pela deselegância do Sr. Vereador, nos ter prometido uma reunião, que nunca realizou e pela forma como foi tratado o assunto na comunicação social, pondo em causa o bom nome e a honestidade das Instituições.

Foi nos dito que terá sido por mera precaução, para não serem acusados de privilegiarem uma das partes e porque não era oportuno anular o concurso.

Bom, a União das IPSSS nunca teria a possibilidade de se apresentar ao concurso público internacional para fornecimento dos almoços nas Escolas Básicas do 1º ciclo e Jardins-de-infância.

Neste processo, as IPSS também foram muito prejudicadas, nomeadamente, porque lhes criaram expectativas, porque as incentivaram a fazer grandes investimentos em equipamentos, frota automóvel e colaboradores, que, em grande parte, não conseguiram amortizar e que de pouco lhe servirão no futuro. Alguns dos colaboradores das IPSS engrossarão. Inevitavelmente, o rio do desemprego

deste nosso Portugal. Infelizmente, minhas senhoras e meus senhores, nem tudo são números. As crianças, as famílias e a comunidade não são números.

Também reafirmo aquilo que dissemos ao Sr. Presidente e ao Sr. Vereador.

As IPSS são instituições honestas, ao serviço dos conimbricenses dirigidas por pessoas de bem, que se voluntariam, sem ganhar um tostão, para ajudarem as pessoas das suas comunidades e participarem no desenvolvimento local. As Instituições têm sido e continuarão a ser, estou certo, porque desprovidas de qualquer interesse financeiro, que não seja o absolutamente necessário para a prossecução dos seus fins, ou político, dizia eu, as IPSS têm sido e continuarão a ser parceiros fiéis à edilidade, ajudando a resolver muitas das preocupações, competências e responsabilidades da autarquia. Sempre que a Câmara tem um problema social, chama por uma ou várias Instituições e logo elas correspondem abnegadamente. Existem quase tantos exemplos desta fidelidade, como pedras nas calçadas de Coimbra. Basta olhar. Infelizmente, neste processo, fomos preteridos pela Câmara Municipal de Coimbra, em favor de uma empresa que encaminha os seus impostos para outro concelho.

Queria, ainda, afirmar que não são verdadeiras nem justas algumas das frases que apareceram na imprensa regional. Não conheço nenhuma instituição que levasse pelos almoços, que hoje são fornecidos pela GERTAL, os 3,50 € que foram então referidos, pelo que a média praticada não pode, nunca, atingir semelhante valor.

Existem, de facto, algumas, poucas, que se aproximam desses valores, mas continuam a fornecer as refeições, por manifesta falta de condições nas escolas.

Essas IPSS, que ficaram com as excepções, não vendem só refeições. Às refeições, as IPSS juntam, em muitos casos, transporte dos alunos entre a escola e o refeitório, muitas vezes a quilómetros de distância, instalações (refeitório, recreio, WCs e os equipamentos hoteleiros e, ainda mais importante, acompanhamento durante todo o tempo do almoço e carinho, muito carinho.

Saúdo o Sr. Presidente pela forma honesta como reconheceu, de uma forma geral, a pertinência das nossas observações e se disponibilizou para, em nome da Câmara Municipal apoiar as Instituições mais prejudicadas.

Não deixamos de dizer, no entanto, que bem melhor eram as canas, para a pesca, do que o peixe com que agora nos assamos. E as IPSS, cada vez mais, precisam de canas, muitas canas para poder corresponder às grandes necessidades dos cidadãos mais desfavorecidos. Conheço instituições que de 2010/2011, para 2011/2012, perderam mais de 30 % dos seus utentes de ATL, por manifestas dificuldades económicas das respectivas famílias, apesar de preços entre 10,00 e 30,00 € por mês, que não são nada quando comparados com outros de mais de 100,00 €, que se praticam na cidade. Isto porque, ao contrário do que se pensa, a miséria não é só a dos sem abrigos ou de certos bairros sociais, também existe fome, grandes dificuldades e miséria, nas freguesias da periferia e, quando a Câmara tem um programa de alimentação para as crianças carenciadas da cidade, durante as interrupções lectivas, deveria tê-lo para todo o concelho. Lá como cá, também à fome. Lá como cá, também é Coimbra e eu já disse aqui um dia e repito: As Instituições de Solidariedade Social das freguesias rurais, também estão disponíveis para colaborar nesta ajuda. Não podem é fazer tudo sozinhas. Existem crianças que chegam, depois de férias, muito mais sub-nutridas do que o foram no fim das aulas. Existem crianças que faltam aos ATLs, pelo menos uma parte do dia, nas interrupções lectivas, porque têm vergonha de não ter dinheiro para pagar os almoços.”

Intervenção do deputado municipal Luís Marinho (PS):

“Vou fazer uma intervenção curta, grande parte do que era essencial dizer sobre o tema central desta reunião já foi dito. Portanto, só partilhar daquilo que eu penso que é o sentimento geral desta Câmara de que, esta proposta de revisão administrativa, que não é bem uma revisão administrativa mas sim, das autarquias locais, particularmente, das nossas juntas de freguesia, nos suscita alguma angústia, muita perplexidade, temor, e até um certo sentimento de injustiça.

Portanto, partilho esses sentimentos, que já constatei em declarações do senhor Presidente da Câmara ao Diário de Coimbra nas quais concordei. E partilho também de encontrar uma porta de saída que nos é aqui trazida pela moção do deputado Maló de Abreu ou pela moção que nos é proposta pelo Bloco de Esquerda. Há aqui um consenso, há aqui uma ansiedade, que é preciso saber gerir como é evidente, que é preciso encontrar uma porta de saída, onde fundamentalmente o que está em causa é uma concepção do estado, que de facto não queremos repetir excelentes argumentos que foram utilizados por membros de todas as bancadas, para além de coisas que não posso concordar.

A bancada do PSD e do Bloco de Esquerda apresentaram aqui uma moção que é, de facto, uma moção na tentativa de dar resposta a este problema. Dar resposta e uma saída a este problema, numa lógica, penso eu, de afirmação, do nosso Município e das autarquias locais e das nossas freguesias que o compõem e propõem criação de uma comissão.

Quero dizer em nome da minha bancada, nós partilhamos desta ideia, que é preciso encontrar uma solução formal e a comissão é sempre alguma coisa onde se começa. Mas não sei se uma comissão servia para começar e acabar seja o que fôr!

Estamos de acordo para aprovar a comissão.

Agora, acho que para além da comissão, ou talvez como tarefa fundamental da comissão em vez de entrarmos na tecnocracia dos argumentos económicos ou dos argumentos financeiros, ou dos argumentos relacionados com a distância, ou com a dimensão ou com a geografia, alguma coisa se deveria trazer a níveis de concepção, ou seja de uma nova concepção política do estado. É um contributo que faço aqui, para que a comissão tenha um certo lastro, e um determinado objectivo, não seja só para medir isto com régua e esquadro, deve estar presente na preocupação desta comissão, uma concepção da nossa organização administrativa.

Para não irmos mais longe, estamos a fazer a reforma das nossas autarquias, mais pequenas mas mais próximas dos cidadãos, mas não estamos a fazer a reforma dos municípios, nem estamos a fazer a regionalização. Já se fala em criar novas estruturas de carácter inter-municipal, pela experiência que tenho, vou dizer com toda a franqueza, se aquilo é um modelo de organização administrativa, que Deus nos ajude, e não penso sequer que aquilo tenha remendo, com toda a boa vontade de quem a dirige, mas as intermunicipais não servem para nada! E portanto, coloca-se uma coisa acima dos municípios, e retira-se quase tudo o que está abaixo dos municípios, ou ao lado dos municípios, ou que dá conteúdo aos municípios, que são as nossas juntas de freguesia, não percebo qual é a lógica de uma reforma desta natureza.

Portanto, tem a minha angústia e deixo aqui ficar o meu sentimento de injustiça. Porque os nossos autarcas são gente que tem competências tão pequenas, que têm recursos financeiros tão pequenos, que não é pelos recursos

nem pelas competências a formais, nem é pelas competências da lei, que eles são louvados e são queridos e são respeitados pelas nossas populações. Eles são louvados pela sua vontade, pelo seu querer, por aquilo que são as competências informais, por aquilo que são as suas qualidades pessoais, por aquilo que é saber estar ao lado das populações nos momentos difíceis e encontrar soluções, e encontrar forças, energias e recursos, e chamar a atenção e levar as pessoas a criar uma opinião e a criar formas e encontrar saídas para problemas muito concretos de carácter social e de carácter humano e de carácter individual que se confrontam todos os dias, onde o Estado não chega, onde as instituições públicas do Estado ligadas à protecção não chegam, onde os municípios muitas as vezes não chegam, mas são alertados pelos nossos autarcas. Os nossos autarcas se têm esse apego, esse amor e afecto pelas nossas populações, todos eles em geral mas muito particularmente os nossos homens e mulheres das freguesias é exactamente com essas competências informais, por não terem horário, por não terem praticamente lucro, por não terem instrumentos para trabalhar, mas conseguirem, de facto, resolver os problemas. Digamos esta componente, social humana, voluntarista que tanto se fala, hoje em dia, quando se apela à iniciativa particular, à iniciativa das pessoas e ao empenho da sociedade civil que nós vamos afundar, que nós vamos perder, isto é um do grande adquirido da democracia portuguesa.

Alguém me dizia aqui há uns anos que a democracia portuguesa, “malgré” passo a questão de todas as suas vicissitudes aguentava-se em questão de duas realidades, uma era o Poder Local e a outra o Serviço Nacional de Saúde. Se calhar já não tínhamos democracia em Portugal se não fossem estas duas realidades, e hoje olhamos para estas duas realidades e treme e tem medo, e se não tem medo, tem angustia, se não tem angustia, tem perplexidade, tem receio, tem respeito.

Quero dizer que vejo esta problemática, independentemente da racionalidade que esse debate impõe, é preciso racionalizar o País, sem dúvida, e estamos comprometidos do ponto de vista financeiro, é tudo verdade, tem de haver também um apelo ao rigor. Não penso que, neste caso, com autarquias tão pequenas, que são uma parcela ínfima dos gastos dos Estado, pequeníssima, que seja por aqui, há alguma coisa que querem fazer, muitas vezes para tudo ficar na mesma, mas neste caso ficará pior.

Estamos de acordo com a moção, vamos integrá-la com naturalidade mas gostaria que desta comissão saísse um debate público em que não fosse somente dentro destas 4 paredes, ou nas colunas dos jornais, ou pela mão dos agentes políticos do costume, mas através da imaginação, através de debates mais alargados, através do chamamento de instituições, para que se fizessem um debate público aprofundado e sério, para que de facto quando Coimbra tivesse uma posição firmada sobre este assunto, mais consensual possível, ela resultasse de um esforço de inteligência, num esforço de participação, de um esforço de proximidade para com os nossos eleitores para com o povo em geral.

Portanto, Dr. Maló sem querer criticar o conteúdo da comissão que propõe, demos-lhe algum conteúdo ou que fique aqui um momento de história da sua aprovação da ideia, de que não se trata de um estudo, não se trata de uma medida, não se trata de fazer uma comissão para fazer um novo mapa, trata-se de uma comissão para tratar deste problema com todas as suas implicações e ir ao fundo da questão se for preciso.

Porque só com argumentos sólidos, só com verdadeiros argumentos fortes, só com verdadeiros argumentos convincentes é que Coimbra poderá eventualmente vir a ter uma palavra a ter, no destino desta questão ao que ao nosso espaço se refere.”

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

“Em relação a esta matéria faz sentido dar aqui um reforço público que a CDU apoia esta proposta no sentido da intervenção do deputado Luís Marinho em que esta comissão não se esgote em si mesmo, e dentro das instituições do Município, que das suas iniciativas parta para fora e contacta com outras instituições. Nós subscrevemos esta intenção, parece-nos profundamente razoável, e tem tudo a ver com o que deve ter o desenvolvimento. Este entendimento deve ser encontrado entre nós, se não encontrarmos uma forma de o colocarmos na moção.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Stª Clara:

"Só para dizer que ao ler os documentos sobre a extinção da maioria das juntas fiquei perplexo com os valores que estão escritos.

Quero dizer, tanto o estudo de estatística como o CAOP é uma vergonha que tenho declarações deles escritas de 2003/2004 que de facto não correspondem à realidade.

Pergunto tendo a junta de freguesia nove mil e setenta recenseados, só tem seiscentas pessoas com menos de 18 anos? É uma vergonha!

Mesmo o território está mal demarcado, nós temos tudo documentado. O Instituto Geográfico diz que não tem competência e quando lhe perguntamos porque é que isto não tem memória descritiva, e perguntamos onde foram fazer o levantamento para dizer quais são os pontos da freguesia, eles responderam que não sabiam, tenho isso por escrito, portanto não acredito nessas estatísticas!

Já agora também falar um pouco desta reforma administrativa. Estas duas mil e quinhentas freguesias existentes tem do Orçamento do Estado de 2010, 186 milhões de euros, corresponde a 0,16% do Orçamento do Estado. O Gabinete do senhor Primeiro Ministro tem 217 milhões de euros para mim era muito mais fácil acabar com o gabinete desse Primeiro Ministro do que as juntas de freguesia.

Na junção dos municípios queria fazer aqui uma consideração.

Se eu soubesse que em Janeiro a minha Freguesia se juntava a outra freguesia ou, essa mesmo, se tomasse conta da minha junta, eu ia já endividar e depois os outros que pagassem.

Gostava de saber como é que vão fazer o plano de actividades sabendo que em Janeiro a minha freguesia ou é parte de outra ou outras são parte da minha.

Já agora gostava de saber se a comissão que é proposta se vai ser constituída por presidentes de junta ou por pessoas que não tem ligações às juntas de freguesias?

Eu sou contra a extinção de qualquer freguesia.

Queria só responder ao deputado Mário Carvalho que Pereira é concelho de Montemor, e que pode falar com o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara quando quiser. Embora eu possa contestar e há coisas que diz que não tem razão."

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Brasfemes:

"É a quarta vez que me dirijo a este órgão e pelos mesmos motivos.

Trago dois assuntos e faço questão que fique registado.

É a terceira reunião de Assembleia que o senhor vereador Luís Providência falta. Mas, não estando cá, peço encarecidamente ao senhor Presidente da Câmara para tratar deste assunto e que o resolva, de uma vez por todas.

Em obras de protocolo, há dois anos e dois meses, propusemo-nos fazer uma rotunda em oval, fizemo-la em cantaria. Está pronta há dois anos e dois meses e só está a espera do espaço verde e o respectivo brasão, como foi feito nas outras freguesias. A freguesia de Brasfemes não anda habituada a ser tratada assim. Gostaria de falar com ele e talvez no seu gabinete, que lhe diria outras coisas.

Há cerca de 5 meses deu a desculpa que a culpa era do vereador João Orvalho que não tinha pago as horas aos funcionários. Creio que essa questão agora já foi resolvida, e como estando resolvida eu penso que o problema é mesmo dele. Só espero que diga quando lá vai, porque continuamos a dizer à freguesia de Brasfemes que aquele espaço está entregue à Câmara. Quando a Câmara disser qual é a razão que não faz aquilo que promete, nós também sabemos concluir a obra e depois comunicamos à população de Brasfemes porque é que a Câmara não fez a obra.

O outro assunto é as refeições escolares.

Provavelmente para alguns deputados, isto passou à margem, mas o assunto é muito mais grave do que pensam.

Porque as instituições fornecedoras das refeições escolares foram durante 8/10 e mais anos, instituições fornecedoras de refeições foram as IPSS. Qualquer IPSS na sua freguesia servia as suas refeições e em comum com a junta de freguesia arranjava alguém que acompanhasse nas refeições. Ora as crianças estavam familiarizadas, com a pessoa que os acompanhava.

Quanto à comida não coloco questão absolutamente nenhuma, foi combinado com as Associações de Pais, quer da EB1, quer do pré-escolar que ao fim de um mês e meio, fazíamos uma avaliação.

A empresa que ganhou é uma empresa certificada deve obedecer a todos os requisitos, e portanto a comida será boa, agora o problema é este, desde a confecção da comida até ser servida passa por várias questões.

As pessoas que estão a acompanhar as crianças terão formação e serão devidamente avalisadas para efectuar esse serviço? Estarão devidamente equipadas?

Isso são questões que se colocam e se analisarão em tempo oportuno.

Quero continuar a dizer que, sendo as instituições fornecedoras as IPSS. Refeições escolares/senhor vereador João Orvalho, não intrometo aqui o senhor Presidente da Câmara, o porquê desta falta de sensibilidade, esta falta de respeito para com as IPSS.

Na minha óptica e volto a afirmá-lo porque é neste órgão que entendi e o devo vir aqui dizer.

O senhor dignou-se fazer agora uma reunião com os Presidentes de Junta das Freguesias sobre o tema Educação, mas fê-lo já depois de ter começado o ano lectivo. Antes de começar o ano lectivo é que se deve preparar as coisas, deve-se ver concerteza o que é que falta nas aulas, o que é que as pessoas precisam e o que é que os alunos precisam.

Não o tendo feito eu digo-lhe como é que o senhor o deveria ter feito.

Era Maio ou em Junho em que o senhor já estava no seu horizonte, o lançamento do concurso internacional a refeições escolares, devia ter convocado as IPSS, ter

lhes dito qual era a sua intenção e aí sim, antes de sido colocado o concurso dizer com argumento mais tarde que já não poderia ser retirado o concurso, aí sim deveria ser por lotes.

Estou magoado com isto! Estamos organizados a norte de Coimbra, através das IPSS. Temos a ADS poderia concorrer por lote, e depois distribuir as refeições pelas IPSS, quem diz ao norte pode ser ao centro e ao sul, isto foi um acto mal pensado, não tinha que ser necessariamente em 2011, porque já poderia ter sido feito em 2010, nada obrigava que tinha que ser feito agora.

Portanto, esta falta de respeito, e de falta de sensibilidade para com as IPSS, acho que deve parar e quando o senhor tiver um bocadinho deve pensar, que pode contar sempre com as IPPS e com qualquer junta de freguesia, mas também tem que reflectir no seu comportamento."

Intervenção do deputado municipal Carlos Pinto (PS):

"Venho aqui falar de um caso que nos apoqueta na Alta de Coimbra, que muito se tem falado ultimamente tanto na imprensa por escrita mas mais localmente. Que é o problema dos barulhos dos bares nocturnos.

Queria pedir ao Senhor Presidente da Câmara, ou seja, ou proprietários dos bares não são os maiores culpados, penso quem tem a culpa foi quem licenciou os respectivos bares.

Falo em nome pessoal e também como elemento da Junta de Freguesia de Almedina, nós tudo fazemos para que as pessoas venham habitar a Alta, mas assim, não é possível, de maneira nenhuma. Há pessoas que vêm ter connosco e dizem-nos que não conseguem dormir, pessoas com uma certa idade, como todos nós sabemos a Alta é habitada por pessoas a partir dos 40 ou 50 anos, normalmente essas pessoas sofrem, ainda há pouco tempo um casal de idosos saiu da sua casa da Alta e foram habitar para outro local por já não conseguirem suportar tanto barulho.

Pedia ao senhor Presidente da Câmara ou ao Executivo da Câmara de Coimbra que tomasse a atenção a esta situação. Nós temos mais moradores na Alta e não queremos despejar, ou seja, não mandar embora essas pessoas.

Mas não é só esta questão, temos também o problema da limpeza.

Senhor Presidente, Rua da Alegria nunca foi lavada; temos a Couraça de Lisboa, a escada Quebra Costa nunca foram limpas, na entrada das escadas temos lá um recipiente para o lixo aquilo não é um contentor nem nada, está constantemente cheio, muitas das vezes estão dois ou três dias por despejar e a cheirar mal. Como sabemos a escadas do Quebra Costa é uma zona onde os turistas passam para visitar a Casa do Fado, Sé velha, e outros monumentos, pois aquilo dá mal aspecto à Cidade, mas ninguém faz nada.

Pedia ao Senhor Presidente que providenciasse aos serviços respectivos a limpeza daqueles espaços públicos.

Outra das situações é o policiamento, a segurança na Alta, simplesmente não existe, não há policiamento na Alta de Coimbra. Há pessoas que são assaltadas, há pessoas que têm medo de ir à rua, especialmente pessoas idosas que tem medo de sair de casa. Durante um mês a policia talvez passe uma ou duas vezes.

Pedia ao Senhor Presidente e à Câmara Municipal de Coimbra, para ter mais atenção à Alta de Coimbra, não podemos desprezar a Alta é onde passam normalmente milhares e milhares de turistas que visitam a nossa Cidade. Agradecemos que a Câmara tomasse uma posição sobre isso."

Intervenção do deputado municipal Mário de Carvalho (PS):

"Quero dizer ao Senhor Presidente da Junta de St^a Clara que, sei que Pereira é do concelho de Montemor, mas a ponte que falei pertence ao Município de Coimbra. Continuo a achar e reafirmo o que disse que, Coimbra tem de ter, cada vez mais, uma visão mais "global", mais regional. Portanto porque é uma zona limite de fronteira não a pode esquecer.

Relativa à autorização é um facto, e ficou aqui provado se alguém fala de um problema de Santa Clara o Senhor Presidente da Junta de Freguesia não reage bem, vem para os jornais, não gosta, exalta-se....e da última vez, eu contei-lhe a história da carroça que, resumidamente, "quanto mais vazia está mais barulho faz". Agora atrevo-me a contar a história do chinês.

Um dia no cemitério, um ocidental e um chinês, cada um, estava a velar o seu morto, o chinês estava a colocar produtos alimentares na campa do seu defunto e o ocidental muito convencido e arrogante pergunta ao chinês, então o Sr. está a colocar alimentos ao seu defunto, acha que ele vem comê-los? E o chinês muito calmo respondeu: vem tanto comer os alimentos que eu estou a colocar como o seu defunto vem cheirar as flores que está aí a colocar.

Portanto há que compreender as duas partes.

Ao longo destes anos tenho tentado compreender o Sr. Presidente da Junta de Santa Clara, mas não tenho conseguido... peço desculpa!"

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

"Na última sessão desta Assembleia foi aprovada a nova estrutura orgânica da Câmara Municipal de Coimbra.

Nela, se instituiu uma unidade designada serviços de apoio a órgãos e serviços municipais - GAOSM.

Na anterior estrutura era identificado o serviço de apoio à Assembleia Municipal, o designado GAAM.

Esta Assembleia aprovou a dita alteração à estrutura orgânica dos serviços do Município na convicção plena do estatuído pelos artigos 52^o-A da Lei n^o 5-A/2002 de 11 de Janeiro, e assim, esta Assembleia dispõe de um núcleo de apoio próprio, de funcionários do Município a ele afectar, sob a orientação do Presidente da Assembleia, com instalações e equipamentos necessários ao seu funcionamento.

Só com tal serviço de apoio será, por exemplo, exequíveis as disposições dos artigos 14, n^o 3 e 62^o do Regimento desta Assembleia.

Os representantes dos diferentes agrupamentos políticos desta Assembleia recomendam ao Senhor Presidente da Assembleia a interpretação acima referida que decorre da aprovação da actual estrutura orgânica e neste sentido a promova em ordem à exequibilidade do seu actual Regimento."

Intervenção do Presidente da Câmara:

"Houve várias questões que aqui foram postas, não me vou referir a todas elas, vou tentar ir aquelas que me pareceram mais relevantes e sobre as quais posso, de imediato, dar alguma informação.

Evidentemente, que esta Assembleia tem toda a liberdade de fazer as recomendações ao Executivo que entender fazer, tem vindo a fazer, o executivo vai integrando isso na sua reflexão, nomeadamente aquela pergunta que foi feita desde o início aquelas medidas que foi feita de combate à crise, muitas delas já

estavam em curso, já estavam antes, outras em sede do próximo orçamento uma vez que estas coisas envolvem orçamentos. Esse processo de orçamento do ano que vem está em curso, algumas das recomendações que esta Assembleia fez, e evidentemente vão ser tidas em consideração nesse orçamento.

Falou-se aqui do Metro Mondego, há dias houve aqui uma sessão muito útil, onde estiveram presente vários membros desta Assembleia, no âmbito da semana da mobilidade que o Município organizou.

Na altura disse-o e gostaria de voltar a dizer, o que é que eu acho que está em causa.

Neste momento, nós percebemos todos que estamos numa situação de alguma desgraça financeira.

Na questão do Metro só há três caminhos possíveis.

Um, é mandar parar o que está feito, e ficar tudo como está, montes abertos, plataformas preparadas, e não se fazer mais nada, não vai ser fácil explicar. Que gastámos cerca de 140 milhões de euros, e ficarmos com coisa nenhuma. É eventualmente uma das coisas que alguém pode lembrar de fazer. Ainda com uma pequena agravante, se fizermos isto, ainda vamos ter que gastar dinheiro, não nos livramos dos custos, parte dos custos vão continuar cair todos os anos. Vamos ter que continuar a transportar as pessoas da Lousã para Coimbra, porque há bastantes compromisso com a Cidade que vão ter de continuar. Há a Baixa para reconstruir que foi deitada abaixo, mesmo assim isso custa dinheiro.

Anda aí a pairar outra hipótese, que é assim e se voltássemos ao que tínhamos, ou seja voltar ao princípio fazer uma linha à antiga, podem lembrar-se disso mas não sei se é boa ideia, para além dos 140 milhões que já gastamos, ainda se iria gastar mais 50/60 milhões, porque agora tínhamos de partir o que se andou a fazer, nos últimos meses, porque os comboios velhos não cabem nas linhas novas, gastar mais uns milhões e no fim, com os 140 milhões de euros já gastos e gastarmos mais 50/60 milhões de euros para termos comboios outra vez, 200 milhões de euros e ficava tudo na mesma. E ainda por cima nós sabemos que a linha da Lousã dava cerca de 5 milhões de euros de prejuízo, se voltamos a por uma linha igual a que tínhamos vamos continuar a ter 5 milhões de prejuízo, isto é gastamos 200 milhões mais 5 milhões por ano durante 100 anos.

Depois há uma terceira alternativa que me parece ser a única sensata do ponto de vista da racionalidade do uso dos bens públicos, já não estou a falar só no interesse de Coimbra, é evidente que para nós é do interesse de Coimbra, não podemos fazer tão depressa, vamos mais de vagar, mas vamos fazendo, na direcção certa, segundo o que está planeado e pensado. Demora mais, se calhar a situação não permite andar à velocidade que gostava mos de andar, seguindo o trajecto que está traçado.

Tenho procurado alertar por vários meios, alguns mais discretos do que outros, espero que haja sensatez na análise feita, até porque à uma fonte de financiamento que até agora ainda não foi explorada, sem ninguém compreender porquê os 140 milhões de euros que se gastou na Metro Mondego saíram todos dos bolsos do contribuinte português, há fundos comunitários para tudo e mais para alguma coisa, como é que até agora isso não aconteceu?

A obra se ficar feita como está prevista, trará um défice de exploração suportável para toda a gente para o Estado e para a Autarquia de Coimbra.

Este é o ponto da situação neste momento. Julgo sobre esta matéria tem havido muitas declarações desta Assembleia quase todas por unanimidade, vamos todos continuar a levar o barco a bom porto, nesta Assembleia.

Outra pergunta que aqui foi feita das tomadas de carregar os carros.

O programa MODIE, a qual o Município aderiu, é um programa nacional gerido por uma empresa escolhida pelo Governo em termos nacionais, é ela que faz a gestão dos postos.

As Câmaras disponibilizam e indicam os sítios onde devem ser montados.

A informação que tenho neste momento, é que só está ligado um poste que é o de Stº António dos Olivais. Todos os outros ainda não estão a funcionar, quem os deve ligar que não é o Município de Coimbra. Fica o alerta e espero que na próxima comunicação já se dirá que e a própria Assembleia Municipal não consegue entender como é que isto funciona.

Outro assunto que se falou, foi sobre a questão do ruído nocturno, da limpeza da Alta e do policiamento.

Toda a gente conhece, não é um problema novo, aquilo que eu acho que um decisor autárquico nesta matéria deve fazer, é procurar que haja um equilíbrio, nós não podemos numa cidade muito jovem de estudantes, que se caracteriza por isso, tem uma certa mística a imagem que advêm disso, nós não podemos fechar a Cidade às 9 horas da noite, não pode ser assim! mas também não pode ser de tal maneira, que ninguém possa dormir porque há barulho até as 7 da manhã.

Como é que a gente equilibra sem destruir a vida académica de Coimbra? como é que fazemos para que a maioria das pessoas possam continuar a dormir? Isto é, uma daquelas coisas que há muitos anos existe, não é só de agora é um problema antigo desta cidade, nós vamos regulando os horários, o sistema de limpeza a passagem da polícia.

Vai-se regulando tudo isto de modo a não deixar descambar nem para um lado nem para o outro. Quando vemos que está a ir mais para um lado reduz-se, penso que é a única maneira que temos que tratar este assunto, é um assunto delicado. Estamos já a trabalhar para melhorar a limpeza da Alta, há de facto um plano, esse plano certamente passará pelo Conselho Municipal de Segurança, onde vamos reunir e tentar controlar o policiamento mas também a vigilância de todas algumas zonas da cidade para exactamente as pessoas que lá vivem poderem dormir.

Portanto, sem soluções radicais, nesta matéria tão perigosa vamos tentando todos os dias equilibrar estes dois pratos da balança para tentar termos uma cidade animada e onde as pessoas possam dormir.

Alguém perguntou sobre a Brasileira, para dizer que houve algumas dificuldades para chegarmos ao licenciamento da obra, já chegou ao fim o processo, se ainda não abriu é porque o dono do estabelecimento tem tido alguma dificuldade quem lhe acabasse a obra. A informação que tenho é que estará a tentar abrir ainda no mês de Novembro.

Sobre a última pergunta, é evidente que a Assembleia Municipal é que define que funcionários precisam de trabalhar.

A Assembleia Municipal sempre contou com esse apoio, continuará a contar com maior ou menor consoante com as necessidades que o Senhor Presidente da Assembleia o entender.

Sobre os Conselhos Municipais de Juventude a informação que tenho, não é um assunto que eu acompanhe directamente ou demasiado perto, mas é que o actual Governo já manifestou a vontade de rever a legislação do Conselho Municipal de Juventude.

Havia posições da Associação Nacional de Municípios muito críticas em relação ao Conselho Municipal de Juventude, o Governo já disse que o ía fazer, por isso entendo que deveríamos aguardar até vir a nova legislação dos Conselhos Municipais de Juventude.

Resposta ao Bloco de Esquerda, sobre os Jardins do Mondego, tudo está a ser tratado dentro da legalidade, terá sabido pelas actas da Câmara Municipal e até se esteve atento o que passou pelos jornais, por unanimidade a Câmara Municipal aprovou uma nova solução urbanística que permite encaixar as decisões do Tribunal, naquilo que lá está feito. Sendo que, a decisão que ficou pela Câmara, como deve saber disso, é que um dos blocos tem de ser deitado abaixo, um outro, vamos a ver como fica e havendo ainda uma parte técnica para saber se o outro deve ser destruído ou apenas neutralizado, é nisso que ficou a última vez que veio à Câmara a decisão sobre um novo loteamento que teve de se substituir o anterior, que foi tomado por unanimidade, todos da Câmara se mostraram agradado pela decisão. Todos nós, tem o orgulho, que um sítio mais nobre da nossa Cidade, haja um estaleiro há 8 anos. Isto é uma das coisas que francamente que a mim me incomoda e que incomoda todos os conimbricenses e que eu gostava de ver resolvido e que naturalmente dentro da legalidade toda. E é assim que estamos a trabalhar nesta questão."

Seguidamente o Presidente da Assembleia leu e colocou à votação as moções apresentadas à Mesa e atrás transcritas:

Moção apresentada pelo Maló.

MOÇÃO

Tendo em atenção a necessidade de ser discutido o desenvolvimento do modelo autárquico em vigor, a Assembleia Municipal de Coimbra, reunida em 29 de Setembro de 2011, delibera:

- 1) Criar uma Comissão constituída por um representante de cada partido e um membro da Mesa;
- 2) Esta Comissão integrará igualmente o Presidente da Câmara e o vereador do pelouro das freguesias;
- 3) Esta Comissão integrará um Presidente de Junta de Freguesia de cada grupo na Assembleia Municipal;
- 4) Finalmente, esta Comissão apresentará o seu relatório preliminar já na próxima Assembleia Municipal."

Os deputados municipais Pinto Ângelo e Serafim Duarte manifestaram todo o interesse em este assunto ser alargada ao debate público, tendo o **deputado Maló de Abreu** concordado que esse sentimento era comum a todos os grupos parlamentares da Assembleia Municipal.

Posta a moção à votação foi a mesma aprovada com 54 votos a favor e 7 abstenções.

Voto de Pesar a Gonçalves de Sapinho apresentado pelo deputado Pignatelli Queiroz:

Aprovado por unanimidade

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal

O Presidente da Assembleia Municipal sobre a questão do apoio administrativo à Assembleia Municipal, disse que, e uma vez que é dirigido a si, de facto havia uma postura própria do gabinete de apoio administrativo à Assembleia Municipal, o qual está previsto na Lei n.º 5-A/2002 e no próprio Regimento da Assembleia, e é o que vai ficar, independentemente da alteração à estrutura orgânica dos serviços do Município com a criação dos serviços de apoio a órgãos e serviços municipais - GAOSM.

Período da Ordem do Dia:**Ponto 1 - Intervenção do Presidente da Câmara:**

Nos termos da al. e) do n.º 1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro não foi distribuída aos membros da Assembleia a informação escrita acerca da actividade da câmara bem como a situação financeira.

Ponto 2 - Regimento da Assembleia Municipal de Coimbra - alterações:**Intervenção do deputado municipal Luís Marinho (PS):**

"Penso que a Assembleia já conhece a natureza do nosso voto é favorável, isto é, o resultado de um consenso. Era só para sublinhar que aquilo que parecia durante tantos meses o impossível conseguir-se, conseguiu-se por fim no mês de Setembro com o manifesto empenho de todos os grupos políticos com um grande espírito de abertura, com uma grande tolerância em relação às propostas de cada um. Acho que o documento que vamos aqui aprovar do novo Regimento, é um documento que prestigia e valoriza à Assembleia Municipal e prova que, nas questões fundamentais é fundamente possível nesta Câmara encontrar consensos, encontrar plataformas. O que faz acreditar digamos como disse na minha primeira intervenção aqui nesta casa, que é muito mais aquilo que nos une do que aquilo que nos divide."

Intervenção do deputado municipal Moisés Geraldês (Por Coimbra):

"Subcrevo a intervenção do deputado Luís Marinho, porque de facto, pensamos que, houve um espírito total de abertura que todas as partes tiveram intervenção na revisão do actual regimento.

A nossa preocupação primeira, passou pela melhoria do funcionamento desta Assembleia porque pensamos também que tem de haver uma melhor interacção, entre esta Assembleia e a Câmara Municipal, e acima de tudo porque existe aqui alguns princípios que são comuns a todos nós sem distinção.

E primeiro lugar existe aqui os princípios sagrados da boa republica, os princípios da legalidade, e até aquele essencial princípio que é o da prossecução do interesse público. É isso de facto a que nos move, e foi por isso que efectivamente não foi difícil chegar a acordo.

Quero aqui de alguma forma sublinhar, em relação aos restantes grupos que se fizeram representar o espírito de abertura que manifestaram. Efectivamente que chegamos a um consenso no sentido de limitar os períodos de intervenção porque

de facto pensamos que é excessivo todo o tempo que foi gasto até a esta hora. Porque também temos que valorizar a parte essencial desta Assembleia que são aqueles pontos que fazem parte da ordem do dia. É nesse sentido que todos nós de alguma forma entendemos que será profundamente profícuo que estas alterações sejam aprovadas.

Por último, queria referir que será conveniente, que todos os grupos ou pelo menos todos os senhores deputados, com assento nesta Assembléia, apresentem a formalização dos respectivos grupos em que pretendem constituir, e quem é, ou que vai ser as respectivas direcções. Porque nós falamos agora em representantes dos vários grupos e chegou o momento de todos nós se organizarmos e comunicarmos à mesa quem são exactamente esses grupos e quem são os representantes dos mesmos. Porque será assim que efectivamente o Senhor Presidente da Mesa e a própria Mesa da Assembleia Municipal saberá quem são esses representantes dos grupos.

Iremos votar favoravelmente a proposta que vai ser submetida apreciação."

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE):

"Apenas uma nota muito breve, como se terão apercebido o esforço essencial e noutras coisas foi no sentido disciplinar o tempo de intervenção antes da ordem do dia.

Em sede da comissão que fez este trabalho, defendi uma posição que até teve algum consenso e que gostaria de transmitir aos restantes deputados, que é o seguinte:

A meu ver, a valorização e dignificação do funcionamento deste Órgão, não passa só pela disciplina em termos de intervenção dos deputados antes da ordem de trabalho, mas passa fundamentalmente pelo tempo da reunião. E como o tempo da reunião quer dizer que muitas vezes, e esta é um exemplo disto, tivemos cerca de 3 horas antes da ordem de trabalho, contra algumas vezes que se levantavam o Bloco de Esquerda gastou dez minutos, mas não é disso que se trata agora de se fazer contabilidades. O que se trata é de dizer o seguinte:

Este órgão se quer, efectivamente, ter um papel mais dignificado, no sentido daquilo que lhe é pedido, que é a fiscalização do executivo municipal e das políticas por ele desenvolvidas numa forma mais activa e interveniente, consciente, imatura e reflectida, não pode querer meter o Rossio na betesga.

Isto é, não pode querer chegar ao ponto da ordem de trabalho que é onde vamos entrar e despachar tudo aceleradamente como se tem feito.

Portanto, o que eu sugeria é que se fossem preparando e experimentando. Porque não um dia para a Assembleia Municipal, quando todos nós fomos eleitos, não fomos eleitos só para virmos cá três ou quatro horas, há Assembleia por esse País fora que reúnem um dia inteiro.

Há muitas experiências diversificadas.

Quando nos candidatamos a este órgão foi para servir a população.

Penso que ganharíamos se experimentássemos em tempo futuro, a convocar as reuniões para o dia todo.

Acabo com uma nota:

Finalmente consagrou-se a proposta do artigo 62 de garantir o apoio indispensável para o regular o funcionamento dos grupos municipais em instalações camarárias em termos a regulamentar e eu espero que, realmente seja regulamentado, porque se fica aprovado no regimento e para que em 2020 talvez se regulemente!

Era esse apelo que faço, para que as pessoas não sejam letra morta e que o regulamento se faça."

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

"Há que relevar o consenso a que se chegou por parte de todos os grupos parlamentares no sentido de dignificar o papel desta Assembleia no seu conjunto e dos deputados municipais individualmente considerados, face ao executivo que tem a permissão de fiscalizar.

Realçar o esforço de competências dos próprios grupos municipais, em relação ao município, ao executivo nomeadamente em relação há necessidade ou há possibilidade dos grupos municipais de suscitarem ao executivo respostas concretas sobre matérias a agendar a que os grupos municipais venham a considerar adequadas. Relativamente a isto, penso que é um ganho muito importante para a dignificação do funcionamento desta Assembleia. Ressalvando como fiz no início a importância deste consenso, não deixo de chamar a atenção que estas propostas apareceram pela primeira vez, em 8 de Janeiro de 2006, apresentadas pela CDU, repetidas em 24 de Novembro de 2009, apresentadas também pela CDU, decididas hoje, depois deste amplo consenso. Ou seja, é possível fazer consenso, mas temos que ser muito mais eficientes! Não faz sentido demorarmos 5 anos, a decidir uma coisa quando no fim de contas estávamos todos de acordo. Andamos a perder tempo, fomos pouco eficientes, e temos que alterar estas metodologias. Já podia estar resolvido há 5 anos!

Senhor Presidente é com muito prazer que a CDU vota favoravelmente a dignificação desta Assembleia, e do papel individual dos seus deputados."

Intervenção do Presidente da Mesa da Assembleia

O Presidente da Assembleia sublinhou o modo como correu a reunião colocou à votação as alterações ao Regimento da Assembleia Municipal de Coimbra.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as alterações ao **Regimento da Assembleia Municipal de Coimbra**.

Seguidamente o Presidente da Mesa da Assembleia, colocou à discussão os três pontos que se seguem:

Ponto 3 - Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a liquidar e Cobrar em 2012:

Ponto 4 - Derrama do ano de 2011 a liquidar e cobrar em 2012:

Ponto 5 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem – 2012:

Intervenção do deputado municipal Jorge Lemos (PS):

"Relativamente ao ponto três, Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), tenho uma dúvida que gostava de colocar e que me fosse esclarecida.

Relativamente à minoração da taxa aplicável à freguesia de S. Bartolomeu e Almedina, e para aquelas que os centros Históricos venham a ser deferidas até 31/12/2008.

Isto foi o que foi aprovado o ano passado, este ano continua efectivamente a mesma redacção não tem é permissão, centro histórico não sei se é para 2008 ou para mais anos. De qualquer modo, gostava de perguntar o seguinte:

Então S. Cruz, Stª Clara e S. Martinho do Bispo não têm Centro Histórico?

E as outras freguesias todas não têm centro histórico?

Não tem os miolos onde efectivamente são consideradas as zonas históricas? Só S. Bartolomeu e Almedina é que tem centros históricos.

É esta questão que gostava que me esclarecessem em relação ao IMI o porquê destas duas.

Relativamente à Derrama, existe aqui uma situação, que era boa que esclareçam. O porquê?

Este ano 2011, houve uma redução de impostos directos de 37mil e 259 para 25 mil 279, o que é que isto quer dizer.

Nós temos um calendário no fim da página, em que mostra os concelhos que tem a taxa máxima e mínima e os que não tem taxa de derrama.

O que acontece empresas que conheço, empresas do nosso concelho que estão efectivamente ser desviadas, estão a assediando outros concelhos porque tem derrama zero.

Ora, com os custos máximos que são apresentados é obvio que as empresas que tem algumas dificuldades mudam as sedes sociais para os concelhos que tem a taxa a zero.

Penso que isto é de rever, e a minha opinião não seria de apresentar uma taxa de derrama com estes valores máximos."

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE):

"O executivo municipal, ano após ano apresenta a esta Assembleia a mesmíssima proposta de aplicação das taxas de IMI, sem sequer se dar ao trabalho de as actualizar e limpar de anotações datadas e já desfasadas da realidade, como a referência à minoração de taxas em 10% aplicável aos prédios objecto de reabilitação, sítios em centros históricos das freguesias definidos até 31/12/2008, ou seja nenhum. Pelo que manter na proposta do executivo para aprovação um tal enunciado é, pura e simplesmente, letra morta. É um pequeno detalhe, é certo, mas demonstrativo do pouco rigor desta proposta, que aliás se reflecte em outros pontos bem mais relevantes. Senão vejamos: a proposta do executivo traz-nos sucessivamente à aprovação uma taxa de majoração para o dobro a aplicar aos prédios devolutos e uma majoração de 20% para os prédios urbanos degradados cujos proprietários, depois de notificados para proceder à sua recuperação não tenha procedido às respectivas obras. Propostas justas e fundamentais numa óptica de gestão da reabilitação urbana, que têm merecido o nosso apoio. Com efeito, o contínuo crescimento das áreas urbanas em direcção às periferias e o simultâneo despovoamento dos centros urbanos têm conduzido a situações de abandono crescente de imóveis devolutos que se vão degradando irremediavelmente, de forma bastante preocupante, e muitas vezes com perigo real para todos.

Porém, para o executivo esta proposta de agravamento da taxa é meramente decorativa, pois nunca a tencionou levar à prática, uma vez que nunca procedeu, tanto quanto sabemos, à identificação dos prédios urbanos degradados e devolutos há mais de um ano, na área do município. Aliás há cerca de dois anos trouxemos a esta Assembleia uma recomendação justamente no sentido da Câmara proceder com urgência a esta identificação, operação administrativa da sua competência, imprescindível para a aplicação da majoração de taxas, sucessivamente aprovadas.

Outro exemplo da inconsistência e incoerência das propostas de taxas de IMI sucessivamente aprovadas nesta Assembleia é a proposta de minoração em 10%

da taxa de IMI a aplicar aos prédios urbanos arrendados, que nós aliás consideramos insuficientes e defendemos a aplicação da minoração máxima prevista na lei que é de 20%. O que é que a Câmara tem feito para tornar possível aplicar uma decisão sua que faz aprovar? Nada! Isto é a Câmara não cumpre as suas obrigações administrativas comunicando a tempo e horas, como a lei prevê, à direcção de serviços do imposto municipal sobre imóveis, a listagem dos prédios urbanos arrendados, para que lhes possa ser aplicada a minoração de taxa proposta. É caso para dizer que a Câmara é célere a cobrar as taxas que lhe são devidas, mas estática no que diz respeito a aplicar as minorações de taxas que podem beneficiar os seus munícipes. Bastaria que a Câmara instituísse um mecanismo muito simples em que os potenciais beneficiários das minorações de taxas se dirigissem ao Departamento da Câmara competente para tal fazendo a entrega de um requerimento dirigido ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, a solicitar a redução da taxa do IMI, acompanhado de cópias da caderneta predial urbana actualizada, do recibo de pagamento do IMI no ano anterior, do registo actualizado do imóvel na Conservatória do Registo Predial, bilhete de identidade, número de identificação fiscal, recibo da renda e do contrato de arrendamento válido perante a Administração Fiscal. Competiria, ainda, ao munícipe identificar de forma precisa e clara a localização do imóvel e a apresentação dos documentos exigidos que permitam enquadrá-lo nos requisitos com vista a beneficiar da redução do IMI a que tem direito. Simples não é? Mas não é feito e o cidadão tem de pagar por inteiro sem poder beneficiar de uma medida aprovada por esta Assembleia.

A fixação das taxas do IMI sobre o património imobiliário dos cidadãos não deveria ser apenas uma garantia de recolha de receita, mas ter subjacente uma política global, coerente e articulada sobre opções de gestão e reabilitação urbana.

Não é, infelizmente, o que se passa no município de Coimbra, onde a única preocupação do executivo é arrecadar mais e mais receita, que aliás tem vindo sempre a crescer de forma sustentada, tendo atingido em 2010 mais de 22 milhões de euros, equivalendo a 31,40% do total da receita da Câmara.

A prova do que afirmamos está no facto de que todas as outras medidas fiscais aprovadas em sede de IMI - ainda que aquém do possível e desejável, em matéria de incentivos fiscais à reabilitação, traduzíveis, nomeadamente, em isenções fiscais, ou de penalizações a quem dolosa ou negligentemente deixa degradar o seu património, ou o mantenha em situação devoluta - careçam de real aplicação prática por incompetência ou falta de vontade política do executivo, como anteriormente demonstrámos.

É altura para perguntar quando é que o executivo camarário pretende dar cumprimento à recomendação por nós apresentada e aprovada por esta assembleia, em 25 de Novembro de 2009, relativamente à necessária e atempada identificação dos prédios urbanos degradados e devolutos a fim de que possam ser aplicadas as medidas penalizadoras previstas na lei e propostas pelo próprio executivo. Assim como caberá esclarecer esta Assembleia sobre quais as medidas práticas tomadas pelo executivo de modo a poder aplicar a minoração de taxas aos prédios urbanos arrendados, em zonas desertificadas e/ou objecto de reabilitação, que pode ir até ao limite de 50% de acordo com os pontos 5 e 6 do artigo 112.º do CIMI. Estas, entre outras, seriam, a nosso ver, medidas consistentes de incentivo à reabilitação urbana e densificação populacional de zonas anémicas ou comatosas do centro da nossa cidade.

Quanto ao prato forte da taxaço do IMI que a Câmara persiste em fixar em 0,7% para os prédios não avaliados e 0,4% para os avaliados, única preocupação, como já ficou demonstrado, deste executivo municipal, temos vindo a defender um ligeiro desagramento do valor das taxas.

Sem cair em propostas fáceis e demagógicas, e reconhecendo que este imposto assume, como sabemos, importante receita do executivo, entendemos, no entanto, que perante a conjuntura de grave crise económica agravada pelo contínuo aumento do desemprego e das dificuldades financeiras das famílias, seria uma medida de bom senso não fazer recair sobre os munícipes o ónus das dificuldades de tesouraria do executivo, agravando as condições de vida dos munícipes, tanto mais que a cobrança de receitas tem vindo sempre a evoluir favoravelmente, como constatamos: em 2007 cresceu 13,82%; em 2008 cresceu 12,15%, em 2009, 7,53%, em 2010, 7,2%. Em face dos dados evolutivos e tendo em conta a conjuntura de crise parece-nos possível e sensato proceder a um ligeiro desagramento fiscal dos munícipes, através da taxa de IMI. Para os prédios urbanos avaliados 0,30% e para os prédios não avaliados 0,60%.

MOÇÃO

Para que a Taxa Municipal de Direitos de Passagem seja paga directamente pelas empresas de telecomunicações e não pelos consumidores

A Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) foi criada pela Lei das Comunicações Electrónicas. Segundo o nº2 do artigo 106º da lei no 5/2004 de 10 de Fevereiro, “os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP).

“A (TMDP) é determinada com base na aplicação de um percentual sobre cada factura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município”.

Segundo a Lei Geral Tributária, as taxas assentam na prestação concreta de um serviço público ou na utilização de um bem de domínio público. Há assim que questionar porque motivo o cliente final dos serviços das operadoras de telecomunicações é sujeito passivo da (TMDP), já que são as operadoras de telecomunicações quem efectivamente utiliza o bem de domínio público. A (TMDP) é, na verdade, a contra-prestação pela concessão de um direito de utilização do subsolo, direito esse que é concedido pelos municípios às operadoras de telecomunicações e não aos consumidores finais.

Assim, a Assembleia Municipal de Coimbra reunida em 29 de Setembro de 2011, delibera:

1. Solicitará Assembleia da República uma alteração à lei no 5/2004 de 10 de Fevereiro de modo a que as operadoras de telecomunicações, e não os consumidores finais, passem a pagar (TMDP);

(A remeter ao Presidente da Assembleia da República o aos grupos parlamentares)

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda."

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

"Começa a ser sempre repetitivo, porque assim as intenções do executivo são idênticas, as afirmações da oposição não podem deixar de ser idênticas àquelas que tomaram antecipadamente.

Não havendo razões substanciais para que o Executivo altere as propostas que aqui nos tragam também não há razões substanciais para que as nossas críticas e apreciações anteriores mesmo sob pena de nos repetirmos sucessivamente sejam alteradas.

Daí que, afirmamos que em 7 anos, entre 2003 e 2010, para darmos números definitivos e não jogarmos só, com os números parciais deste ano, os Conimbricenses duplicaram o valor entregue ao município 11.394 milhões de euros para 22.262 milhões de euros em termos de Imposto Sobre a Propriedade Imobiliária. A cobrança esperada para 2012 mantém o sentido excedente da cobrança deste imposto. Ano após ano, as receitas de IMI aumentam e constituem uma percentagem cada vez maior das receitas correntes do município 35,5% de receitas entradas até Junho do corrente ano. Não é novidade nem constitui qualquer surpresa, desde o primeiro ano de cobrança de IMI que a CDU afirmou e demonstrou que esta seria a realidade, realidade que os sucessivos executivos procuraram contrariar.

Os Conimbricenses tem vindo assim a suportar o imposto excessivo que pode ser reduzido, contribuindo para atenuar sem grandes custos para o município a degradação de condições de vida a que estão sujeitas as famílias e as dificuldades dos mais necessitados.

È possível ao município intervir pela via fiscal nesta situação. É também exequível, uma alternativa que reponha níveis de tributação mais adequados à realidade económica e social, sem custos significativos para o município. Tendo em conta que o nível de tributação de IMI nos valores mais elevados admitidos da lei, tendo em conta que o nível de tributação em IMI está nesta altura nos valores mais elevados admitidos na lei, isto ao contrário porque há uma redução dos valores mais elevados na lei, porque ainda há 2 anos atrás nós estávamos a 0,1 percentuais abaixo do valor máximo. Foi decisão desta Assembleia manter o valor baixo do valor máximo estabelecido na lei, temos hoje o valor máximo por redução imposta pela lei.

Tendo ainda em consideração que o número de imóveis com avaliação recente, é crescente, aumentando daí a receita, também por esta via a CDU propõe, em alternativa à proposta do Executivo, e repetindo, aquilo que tem vindo a fazer em anos anteriores, naturalmente fase às propostas que se repetem por parte do executivo, a tributação em 0,6% para os prédios urbanos em geral, e 0,30% para os prédios já sujeitos em avaliação em termos do IMI Proposta que condiz com aquela apresentada pelo Bloco de Esquerda e que fundamentamos.

Quanto aos outros instrumentos fiscais à disposição votaremos naturalmente a favor a proposta de penalização de prédios devolutos, ou degradados bem como os incentivos fiscais ao arrendamento e à reabilitação.

Sabendo como nos é dito, na proposta que fundamenta, que continuamos sem conhecermos a realidade imobiliária através da urgente actualização de cadastro, como perguntamos, como se pode agir sem a realidade. Mantemos as preocupações, que o Grupo Municipal da CDU recorrentemente tem colocado nesta Assembleia e persistentemente, imperialmente ignoradas pelo Executivo Municipal.

Estás o Executivo em condições de aplicar as penalizações dos prédios devolutos ou degradados, e em que medidas foram aplicadas durante este último ano as majorações aprovada neste sentido?

Está assim o Executivo em condições de aplicar aquilo que aqui nos propõem?

O Executivo mais uma vez não apresenta estes elementos na sua proposta e são estes potenciais para que a Assembleia Municipal avalie a proposta no seu todo. Valerá a pena aprovar medidas por incapacidade política ou questionária e depois não aplicadas.

É necessário que as propostas correspondam a uma clara linha política orientada para uma correcta planificação das políticas urbanísticas, e solos do município.

Da nossa parte consideramos ser da mais elementar justiça para a redução das taxas de IMI e que se transmitam dentro das nossas competências um sinal solidário aos munícipes dos mais desfavorecidos e mais penalizados pelo agravamento de condições de vida.

Daí a apresentação da proposta e exigimos ser votada em alternativa, aquela apresentada pelo município.

Em relação à Derrama:

Num quadro descida global desta receita municipal como já aqui foi referida, e provavelmente parece ligada à recessão que se abate sobre a actividade económica, não se justifica uma despenalização das empresas que mantêm o seu lucro, deixando por esta via de contribuir com a sua parte para o melhor desenvolvimento do concelho, tal como fazem os particulares com a sua parte de IRS e dos Impostos do Património Imobiliário.

Tanto mais, que as empresa que publicamente mantêm o elevado resultado positivo da sua actividade são as do sector financeiro, predadora por excelência dos particulares e das pequenas e médias empresas.

Neste quadro votaremos favoravelmente a proposta apresentada, renovando embora uma questão que gostaríamos de ver respondida, e que, daí esta renovação até hoje nunca foi.

Qual a desagregação por sector de actividade do valor da derrama que cabe ao município de Coimbra. É, quanto a nós uma questão central, a do maior conhecimento dos sectores de comércio e industria sem contribuir positivamente para o concelho, só assim se poderá vir a discuti a utilização da derrama num quadro de uma política de incentivos de afixação de empresas no concelho, ultrapassando os limites da mera receita municipal tal como é tratada, infelizmente pela maioria do executivo Municipal.

Em relação à taxa de Direitos de Passagem:

Naturalmente que nós não defendemos que esta taxa seja revogada tanto mais, como disse muito bem o deputado do Bloco de Esquerda, ela incide sobre a necessidade de um serviço, incide sobre uma prática que interessa fundamentalmente às empresas prestadoras do serviço, ou seja é um custo associado, à sua própria produção, e como tal terá de ser tratado em sede de dedução fiscal, em sede de IRC, não faz sentido nenhum, que esta taxa municipal, sobre a utilização do domínio público incida finalmente sobre os munícipes. Porque isto efectivamente e no âmbito de uma concorrência aberta tanto quanto se sabe das empresas que utilizam esse domínio público seja o sobre solo, seja o domínio público aéreo, não faz sentido absolutamente nenhum que os Governos sucessivamente do PS ou do PSD em Coligação tenham mantido esta

penalização brutal, sobre os consumidores finais que não tem culpa nenhuma das necessidades que as empresas têm para exercer o seu trabalho.

Qualquer dia estaremos nós consumidores finais, a suportar todos os custos de representação dos seus administradores etc. etc. São custos que tem de ser tratados no âmbito fiscal e não por proporção ao consumidor final.

Consideramos que as empresas devem pagar por utilizar o solo ou o espaço aéreo do município, mas não faz sentido nenhum fundamos esta preocupação que o deputado Serafim do Bloco de Esquerda aqui apresentou, no sentido desta recomendação, sabendo que vai cair no esquecimento porque sabemos ao serviço de quem está, quem manda, e quem tem mandado neste País, infelizmente para nós todos, a ignorância e a incapacidade de tomarem medidas pró-activas, no sentido de baixar os custos dos consumidores finais, em detrimento de empresas que apresentam lucros escandalosos, pelo menos revoltante, nada contra o lucro mas sabendo nós que estas empresas em média pagam menos de imposto sobre rendimentos de qualquer um dos cidadãos normais.

Esta recomendação apresentada, subscrevemos e esperamos que esta Assembleia Municipal Mais uma vez de uma forma redundante tome uma posição.

PROPOSTA

Sobre a Fixação das Taxas do IMI para 2011, a liquidar e cobrar em 2012

A Assembleia Municipal de Coimbra, na sua sessão de 29 de Setembro de 2011, considerando não ser justo manter os níveis de tributação impostos aos munícipes que têm vindo a suportar um agravamento considerável das suas condições de vida delibera:

1 — Nos termos das alíneas b) e c) do n.º 1 do art.º 112 do CIMI fixar as taxas de IMI a liquidar e cobrar em 2012 com referência ao ano de 2011 nos seguintes montantes:

Prédios urbanos: - 0,6%

Prédios urbanos avaliados

nos termos do CIMI: - 0,3 %"

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

"A máquina fotocopiadora camarária ao serviço da maioria PSD/CDS, repete, como o vem fazendo nos anos transactos para que sejam fixados os valores das taxas do IMI para os prédios urbanos não avaliados em 0,7%, e para os prédios urbanos avaliados em 0,4%.

É sabido que o Partido Socialista, pelo menos desde 2005 vem chamando à atenção para uma redução da taxa do Imposto Municipal de Imóveis.

Não foi nunca ouvido por esta maioria da direita, PSD/CDS, nisto, nos últimos anos bem acompanhado pela CDU.

Já pelo menos desde 2005 que esta Câmara mantém inalteráveis as taxas do IMI cuja receita atinge já quase 30% das receitas correntes do município.

Tenha-se sensibilidade social.

Hoje, como ontem, o Partido Socialista, os seus deputados, não ignoram que se vive uma crise mundial, profunda, a que o nosso país não escapa. Somos realistas e não podemos pensar, nem agir, como se tal crise não existisse. Somos responsáveis. Mas há limites para a compreensão.

Esta receita colossal do município em impostos, deveria ter ao menos criteriosa aplicação, o despesismo inútil e não produtivo desta Câmara tem de ser estancado e banido.

Não se vê obra ou despesas de investimentos. A Cidade parou, paralisou e o IMI cresceu. Para onde vai a receita?

Quase tudo se consome em prestação de serviços, a maior parte deles, de duvidosa ou desnecessária necessidade.

E constatamos, com enorme preocupação, que apesar desta falta de investimento que se verifica neste últimos anos, se vem verificando um aumento global do endividamento.

Caros deputados;

É em nome das dificuldades orçamentais, da necessidade do seu equilíbrio, que com sentido de responsabilidade que o Partido Socialista requer a correcção da proposta apresentada das taxas do IMI do ano de 2011, para 0,675% e 0,375%.

Sem tal correcção o PS votará contra a proposta apresentada.

Não aceita porém, o Partido Socialista, fique claro, a minoração de 10% da taxa aplicável exclusivamente para as freguesias de S. Bartolomeu e Almedina, como já dissemos em 2005, 2006, 2007 e 2008, 2009 e 2010. Por uma questão de justiça relativa. É que não é verdade que em toda a área de tais freguesias haja reabilitação urbana que envolva todos os proprietários indiferenciadamente, poderem disso beneficiar. Tal redução, assim, como sempre temos dito, conduz à gritante injustiça dos prédios das entidades bancárias, das seguradoras e dos proprietários ricos destas freguesias pagarem menos imposto do que os proprietários das demais freguesias, e sobretudo dos proprietários pobres. É muito injusto e ilegal!

Será que é verdade, diga-mos, de há pelo menos 6 anos para cá, essas áreas na sua totalidade, são objecto de alguma operação de reabilitação. Serão então obras do Convento de Santa Engrácia ? Porquê estão esta redução para estas duas freguesias e não já para todas elas?

Sejamos correctos e justos. Em alternativa, recomendamos que como já o fizemos nos anos anteriores, que a Câmara elabore proposta que isente pelo período de 5 anos do Imposto, os imóveis que dentro do Centro Histórico da Cidade, ou dentro da área das referidas freguesias, sejam objecto de efectiva reabilitação urbana e cujas obras se concluam até 31 de Dezembro de 2012, como a Lei nº 6-A/2007 o permite.

É um incentivo muito concreto, é um convite muito claro para que os proprietários do Centro Histórico procedam à recuperação e à reabilitação urbana do Centro Histórico.

Aqui há verdade! Quem faz reabilitação urbana está isento de imposto, quem não faz reabilitação urbana, não está. Aqui há justiça!

Quanto à minoração proposta de 10% da taxa para os prédios urbanos arrendados, o Partido Socialista está de acordo com isso. Poderia até ir-se mais longe, como incentivo ao arrendamento.

Mas temos que dizer que a proposta tal qual está, nenhum proprietário que arrenda o seu prédio, beneficia de tal minoração e enquanto a Câmara não cumprir com a lei, ou seja, proceder “ *a indicação dos artigos matriciais dos prédios abrangidos, bem como o número de identificação fiscal dos respectivos titulares*”, como o exige a 2ª parte do número 14º do artigo 112º do Código do IMI.

Tal minoração assim, é um “faz de conta” que o Partido Socialista, mais uma vez, aqui denuncia.

DERRAMA:

Como Partido Socialista vem denunciando a receita da derrama vem diminuindo e isso, não pode deixar de ser uma consequência directa da falta de fomento à fixação de empresas no concelho. A Câmara propõe mais do mesmo. As mesmas taxas.

Não nos cansamos de repetir, que é preciso estimular uma política que incentive o empreendedorismo no concelho, a fixação de empresas, a instalação de um tecido industrial, a absorção da mão de obra disponível, política esta de que a Câmara se têm afastado.

O I' Parque, esse "*elefante branco*" já não é solução, mas ilusão! Os anos passam e aí nada se instala, nada labora, nada se produz, para além do que já se produzia.

Não há um sinal claro e incentivador nesta matéria aos empresários, aos industriais, aos investidores.

E este sinal, bem podia ser transmitido baixando as taxas da derrama, embora, aceite-se, em termos pouco significativos porque isso nenhum impacto teria na diminuição da receita.

Mas ao contrário, verificamos existirem empresas que laboram em Coimbra, e transferem a sua sede para concelhos limítrofes, porque aí beneficiam de isenção. Também esta constatação justificaria a redução da taxa de derrama. Mas não é essa a política da maioria PSD/CDS e as empresas ou fogem ou aqui não se instalam.

Não pode por isso o PS votar favoravelmente tais taxas que nada adiantam, antes empobrecem o concelho. O PS entende que a Câmara deve corrigir a sua proposta para a taxa de 1%. Não sendo assim, o PS irá votar contra."

Intervenção do deputado municipal Moisés Geraldês (Por Coimbra):

Ouvi com muita atenção, todas as intervenções que me antecederam.

Quero dizer senhor deputados que, de facto, eu também não concordo com as propostas relativamente às taxas que o Executivo propõe, em relação aquilo que consta exactamente em relação aos prédios rústicos, prédios urbanos não avaliados e aos prédios urbanos avaliados. Também não concordo, por mim, posso-vos dizer que gostaria que estas taxas, até de alguma forma, não passassem dos respectivos mínimos. Então não seria óptimo que qualquer um de nós, dentro daquele princípio da boa vontade, que eu não duvido, que está na essência de todos aqueles que aqui estão presentes, não era óptimo nós colocarmos aqui uma taxa de 0,1 para os prédios rústicos e 0,1 para os prédios urbanos avaliados e 0,1 para os prédios não avaliados. Seria concerteza, algo que nos deixaria satisfeitos, mas, depois senhores deputados como é que nós vamos fazer face às responsabilidades que assumimos. Nós não estamos aqui a fazer contas, contas como se o mundo começasse e acabasse nesta Assembleia, o mundo não é só esta Assembleia, o mundo é aquele que os senhores deputados representam fora desta Assembléia. E nós sabemos que o IMI representa uma fatia considerável para que esta Câmara Municipal possa levar por diante as suas políticas sociais, os investimentos que estão em curso para fazer face à despesa corrente primária e isso é muito importante. Quero dizer e chamar a atenção que a simples redução de um ponto em termos médios poderá representar seis a sete milhões de euros. Eu pergunto-vos onde querem fazer a respectiva compensação. E vamos fazer a compensação aonde? Nas políticas sociais, em que políticas sociais, em que investimentos vão dizer que não é possível avançar com os mesmos. Digo-vos o seguinte:

Eu se, fizesse uma proposta desse género, eu concretizava a proposta, acho que não é justo, acho que não é responsável, penso que até implica uma grande irresponsabilidade chegar-se aqui a esta Assembleia e dizer, nós propomos que as taxas passem designadamente para 0,3 ou 0,6 em relação aos prédios urbanos. Penso que é uma grande irresponsabilidade, nós não percebemos como é que, os senhores deputados querem concretizar esta redução, mas também, se esqueceram-se de enaltecer falaram aqui na questão do cadastro predial, quero dizer que de facto é uma boa notícia aquela que consta da proposta, que pela primeira vez estamos a verificar que existe a preocupação deste executivo, em recorrer a actualização do cadastro predial. E a actualização do cadastro predial não é coisa fácil, todos nós sabemos que é fundamental que se proceda a uma configuração geográfica, e também sabemos já que estamos a falar do tempo do despesismo, porque não se percebe, porque é que existe um registo predial e depois uma matriz predial e uma quantidade de serviços à volta dos quais, importa duplicidade de tempo, de pessoas que trabalham quando efectivamente a situação poderia ser muito mais agilizada. Isto evidentemente que eu até espero que o actual Governo olhe para esta situação. Ajude as Câmaras Municipais a avançar com os cadastros prediais, nós somos s a favor dos cadastros prediais, nós somos s favor que efectivamente a configuração geográfica dos prédios passem a constar dos registos prediais que é coisa que não se verifica na actualidade.

Senhor Presidente da Câmara, senhores deputados

Eu gostaria que a bancada “Por Coimbra”, gostaria de fazer duas recomendações: A primeira, em relação aos prédios urbanos devolutos, nós sabemos que os critérios que estão na base da apreciação da possibilidade de majoração destas mesmas taxas para o dobro se baseiam em critérios indiciários que resultam de um decreto-lei já antigo e acima de tudo que se baseia nas indicações que são dadas em relação aos concelhos de água, de electricidade, de telecomunicações. É preciso ter uma grande sensibilidade nesta parte, porque grande parte dos prédios devolutos, muitas as vezes, não tem consumo, pois não, eles estão no mercado do arrendamento e os seus titulares não conseguem arrendá-los é preciso que a Câmara Municipal também perceba isto.

E em relação aos prédios degradados, nós sabemos que também é preciso ter algum cuidado nesta parte, muito dos prédios degradados resultam da circunstância das respectivas rendas não se encontrarem adequadas, nem se encontrarem actualizadas. Muitos senhorios são donos dos prédios, ou titulares porventura herdeiros de heranças, que muitas vezes são heranças de património cujo os valores são muito discutíveis e muito desvalorizados, e essa gente por vezes não tem dinheiro para fazer obras, e nós sabemos quantos prédios há aqui nesta Cidade, é que os respectivos valores do IMI são superiores aos valores das rendas recebidas, fruto de uma desgraçada lei do arrendamento que continua em vigor há muitos anos neste País."

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE):

"Só quero dizer duas coisas, em relação ao deputado Moisés Geraldês que diz que é uma lei muito antiga, devo dizer que está enganado, a lei não é muito antiga a que define o conceito de prédio devoluto, é a lei 159/2006 de 28 de Agosto é muito recente e diz muito concretamente que, define prédio devoluto pela inexistência de contratos em vigor com as empresas de telecomunicações de fornecimento de água e gás e electricidade ou na inexistência de facturação.

Segundo, isto é muito importante e fazemo-lo de uma forma muito solene, e nada demagógica, se o Executivo Municipal até nos garantisse, o deputado diz que é irresponsabilidade vir propor a diminuição de um ponto percentual que pode significar cerca de seis milhões de euros a menos depois vai para o corte social. Em nome do Bloco de Esquerda comprometo-me solenemente, se o Executivo Municipal garantir que os seis ou oito milhões são efectivamente para aplicar em políticas sociais, assinamos de cruz nesse dia. A políticas sociais dignas desse nome que é aquilo que esta Câmara Municipal não tem."

Intervenção do deputado municipal Maló de Abreu (Por Coimbra):

"Vou utilizar esta fórmula de interpelar o deputado Ferreira da Silva, porque no fundo o que é preciso é perceber da parte do Partido Socialista que vota contra, é esse o sentido de votação, se conseguem dizer exactamente o montante que esta em causa em termos de receitas da Câmara Municipal de Coimbra, ser responsável é saber o montante e é saber onde se vão fazer os cortes deste montante.

É esta interpelação que é preciso fazer, para discutirmos política com seriedade. Trata-se de seis milhões de euros, ou mais, onde vão ser feitos os cortes correspondentes a esta verba. Porque fácil é amanhã aparecerem nos jornais títulos de que a oposição conseguiu que o IMI não fosse aprovado. Que é disso que se trata depois na votação.

Nós não vamos aprovar aqui uma taxa alternativa de IMI.

O que interessa é responsabilmente nós sabermos se é possível neste momento nós fazermos um corte no orçamento da Câmara do montante que eu prevejo que possa ser esse corte e se é responsável que isso se faça. "

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

" não estamos a fazer corte nenhum no orçamento da Câmara. Não há nenhum corte o que nós estamos a propor, que umas taxas de IMI, que vão provocar uma receita que depois de orçamentada tem de ser utilizada.

Há aqui um lapso enorme, um erro gravíssimo, porque não estamos a avaliar orçamentos nenhuns nem cortes orçamentais. Os cortes para este ano, a receita estão garantidos, contabilizados e está a ser realizada. Para o ano é que o Executivo terá de apresentar o orçamento de acordo com as expectativas de receita que se venha a cobrar com as taxas por esta Assembleia aprovada. Não se venha aqui com populismo de barato, o que nós queremos é que a Câmara seja mais exigente na utilização dos dinheiros cobrados. Face aos crescimentos que tem havido cerca de 10% ou 20%, basta consultar os dados fornecidos, cerca de 10% ou 20% por ano, tem vindo a ser o crescimento de ano para ano, que a quebra de receita não será aquela que aqui foi afirmada, nem ninguém neste momento pode com segurança dizer qual é a quebra de receita expectável. Seja como fôr, se não for 20% são 10% o que há aqui é um aumento de ano para ano no mínimo de 10%, em termos da receita do IMI:

O que estamos a falar é de aumentos mantendo-se a taxa. Sem alteração de taxa tem havido 10% de aumento anual. É ou não é, possível ao Executivo ser imaginativo beneficiando os cidadãos de Coimbra, ser suficiente criativo, para com menos receita e não corte orçamental produzir os mesmos serviços. É isso que é exigido e é isso que nós propomos. Estamos a propôr que o Executivo com menos dinheiro faça o mesmo."

Intervenção do Presidente da Câmara:

"Vou começar por aquilo que acabei de ouvir, que é evidentemente com uma coisa que a qual eu concordo.

Diz o senhor deputado Ferreira da Silva, impostos, impostos, o povo está carregado de impostos, eu estou de acordo.

O que está a acontecer é o seguinte, em termos nacionais, percebida a dimensão do desastre financeiro que estamos metidos o Governo actual e qualquer outro, estaria a fazer o mesmo, está a aumentar as taxas de impostos. E então a Câmara que os baixe, o que isto implicaria, então quem paga as crises são as Câmaras? São os Municípios a pagar a crise.

O povo é sempre de uma maneira ou de outra, evidentemente que ninguém gosta de pagar impostos, isto é um princípio básico da tributação. Se perguntar-mos se as pessoas querem pagar impostos, pois pessoas normais vão dizer nem pensar, se eu os poder não pagar legalmente claro, por isso ninguém gosta de pagar impostos. Evidentemente se definirmos os impostos que vamos pagar é um exercício sempre susceptível de algumas derivas populistas, sempre foi assim e será.

Estou convencido a algum tempo, que de facto o sistema de tributação local que temos em Portugal, que obriga as autarquias a financiar-se junto dos contribuintes, não fomos nós que o inventamos, este sistema vai conduzir um dia a que possamos baixar alguns impostos. Gostaria de me comprometer a prazo com este programa, um dia estaremos em condições e deveremos fazer isso, de baixar as taxas de IMI.

A pergunta que me fica e quero aqui deixar a todos, se será este ou se será esse dia certo para o fazer, será o ano 2012, o ano certo para baixar impostos locais, o ano certo para abdicar de receitas e portanto, ter que corrigir a despesa que o município faz em montantes semelhantes prejudicando algumas das funções absolutamente insubstituíveis que o município tem na protecção social. Nós só vamos ter fundos comunitários em montantes semelhantes aqueles que temos neste momento, provavelmente até 2013. Temos em curso, neste momento, investimento na ordem de 30 milhões de euros em Coimbra, pago pelos impostos das pessoas de Coimbra ajudados pelos fundos comunitários. Se não houver os impostos para pagar a nossa parte, se tivéssemos que parar estas obras, poderiam estar em causa se houvesse uma baixa de 5 milhões de euros na receita do Município, se tivéssemos que o fazer, elas ficavam por o fazer a vida toda, não volta a haver esta oportunidade. É agora ou nunca, até 2013, não é a altura para se mexer nos impostos, para no fundo alavancarmos com os fundos comunitários que temos à nossa disposição. Quando já não houver fundos comunitários se calhar vamos mesmo baixar drasticamente o investimento, e aí, se calhar estamos em condições de fazer isso. Talvez aí chegue o dia de baixar o imposto de IMI.

O que eu acho, é que o ano de 2012, seria o pior ano para o fazer. Evidentemente que esta Assembleia é soberana de votar como entender, as proposta que o Executivo aqui trás. O Executivo trá-las evidentemente com toda a noção da responsabilidade, que uma coisa desta implica. Não querendo ser populista, porque a melhor maneira de ser populista, era propor um pequeno abaixamento das taxas, confesso que até o ponderamos, só que responsabilmente entendemos que no anos de 2012, com o programa de investimentos que está neste momento a ser executado, isso seria de uma irresponsabilidade trágica para com o município de Coimbra.

Por isso decidimos não correr a nenhuma tentação de eleitoralismo, e trazer a única proposta que nos parece razoável, incapaz de sustentar o município do próximo ano sem por em causa o que é fundamental.

É essa a proposta que aqui trazemos e aguardaremos a sua votação."

Terminado o debate o Presidente da Mesa colocou à votação o:

Ponto 3 - Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a liquidar e Cobrar em 2012:

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 12 de Setembro, por maioria, (28 votos a favor, 13 votos contra e 17 abstenções) e nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo n.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela lei n.º 5-A/2002, autorizar a Câmara Municipal a:

-Fixar, para o ano de 2011, em 0,7% a taxa de Imposto Municipal Sobre Imóveis para os prédios urbanos não avaliados e em 0,4% para os prédios urbanos avaliados nos termos do n.º 1 alíneas b) e c) do CIMI;

-Majorar para o dobro (1,4% e 0,8%) a taxa de Imposto Municipal Sobre Imóveis para os prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano, nos termos do n.º 3 do artigo 112.º do CIMI;

-Minorar em 10% as taxas de Imposto Municipal Sobre Imóveis aplicáveis às áreas territoriais correspondentes às Freguesias de S. Bartolomeu, Almedina e outras cujos centros históricos venham a ser definidos, nos termos do n.º 6 do artigo 112.º do CIMI;

-Minorar em 10% as Taxas de Imposto Municipal Sobre Imóveis para os prédios urbanos arrendados em toda a área do Município, não acumulável com a atribuída no ponto anterior da presente deliberação, nos termos do n.º 7 do artigo 112.º do CIMI;

-Majorar em 20% as Taxas de Imposto Municipal Sobre Imóveis para os prédios urbanos degradados cuja vistoria técnica confirme essa situação e em que, após notificação, não tenham sido realizadas obras pelos proprietários, nos termos do n.º 8 do artigo 112.º do CIMI.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos

Declaração de voto do deputado de Maló de Abreu:

"Nós votamos a favor, pelos motivos que já apresentamos na tribuna, mas de qualquer modo não quero deixar de salientar neste momento, a posição que foi tomada pelo Partido Socialista, que muito nos satisfaz, para em conjunto conseguirmos encontrar os melhores números para o próximo ano, ou para o não que se segue.

É assim que nós poderemos trabalhar por Coimbra!

Não é da forma como fez a CDU, que pensando ganhando aqui, está a trabalhar por Coimbra neste momento.

É desta forma trabalhando em conjunto e encontrando soluções em conjunto."

Declaração de voto do deputado de Jorge Lemos:

"Votei contra a proposta da Câmara e contra a directiva do Partido Socialista, porque não acredito que esta redução vá melhorar efectivamente o desempenho na Câmara nas obras a que se propõe.

Podendo efectivamente reduzir despesas noutras áreas."

Declaração de voto do Presidente de Junta de S. Bartolomeu:

"Ao contrário da bancada do Partido Socialista, em relação ao IMI, eu votei a favor, porque efectivamente a minha freguesia é contemplada na decisão do Executivo.

Por isso, por uma questão de coerência, quero que fique registado esta minha votação."

Presidente da Mesa colocou à votação o:

Ponto 4 - Derrama do ano de 2011 a liquidar e cobrar em 2012:

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 12 de Setembro, deliberou, por maioria, (28 votos a favor, 16 votos contra e 3 abstenções) e nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo n.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela lei n.º 5-A/2002, aprovar as seguintes taxas de derrama a fixar para o ano fiscal de 2011 e a liquidar e cobrar em 2012 (sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, nos termos do art. 14.º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro):

a) taxa normal - 1,5% (taxa máxima)

b) taxa reduzida - 1,2% (para os sujeitos passivos cujo volume de negócios não ultrapasse €150 000)

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos

Presidente da Mesa colocou à votação o **Ponto 5 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem – 2012:**

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 12 de Setembro, deliberou, por maioria, (29 votos a favor e 26 abstenções) e nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo n.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela lei n.º 5-A/2002, aplicar, para o ano de 2012, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDT) no percentual de 0,25% às empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público em local fixo, nos termos do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004 de 10 de Fevereiro e tendo em consideração as disposições do Regulamento n.º 38/2004 de 29 de Setembro e o artigo 151.º do RMUE – Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, Taxas e Compensações Urbanísticas de Coimbra;

Disponibilizar às referidas empresas a tabela de conversão entre números de código postal e áreas do Município de Coimbra, a fornecer pelos CTT, nos termos do n.º 5 do artigo 4.º do Regulamento n.º 38/2004 de 29 de Setembro.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos."

Presidente da Mesa da Assembleia leu e colocou à votação a moção apresentada pelo Bloco de Esquerda e atrás transcrita sobre Taxa Municipal de Direitos de Passagem

A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 53 votos a favor e 2 abstenções aprovar esta moção.

Ponto 6 - Transferência de imóveis propriedade do Instituto da Água, IP. para o Município de Coimbra:**Intervenção do deputado municipal Jorge Lemos (PS):**

Quero-me congratular, com este processo, é um processo que durou algum tempo e acho que a Câmara Municipal de Coimbra está de parabéns.

A bancada do Partido socialista vai aprovar esta situação.

De qualquer das maneiras queria relembrar que a instalação do Centro Hípico no local onde está se deve efectivamente a uma tomada de posição desta Câmara Municipal porque houve no tempo, uma certa luta com o Instituto da Água, que foi ganha por esta Câmara. Esta situação fica agora totalmente resolvida e quero congratular-me com isso.

Já agora queria perguntar duas coisas:

O que é que isto irá beneficiar, ou o que é que a Câmara tem falado com os responsáveis pela área do Choupal, se há alguma posição da Câmara relativamente ao melhoramento de utilização dos munícipes de Coimbra no Choupal.

Também outras situações, vem nesta informação que, a Ponte dos Casais e o acesso da margem esquerda, com a extensão de 618,50 metros vai passar para a Câmara, gostava de saber se a Câmara tem alguma coisa a dizer relativamente a tomarem conta da manutenção desta Ponte. A pergunta que faço, a Ponte está em condições de a Câmara a tomar? Não existe problemas nenhuns? Não vai a Câmara ficar com este património e depois começar a sugerir problemas?

É uma nota que gostaria de deixar, dizendo que aplaudo efectivamente esta tomada de posição, só com este pequeno senão, gostava de saber se há alguma informação relativamente ao estado de saúde da Ponte dos Casais.

Já agora outro assunto era também, melhorar o acesso que vai da Geria ao Centro Hípico ou seja, à Ponte dos Casais que está em mau estado.

Um aplauso pela Câmara ter tomado esta decisão."

Intervenção do deputado municipal Moisés Geraldês (Por Coimbra):

"Em primeiro lugar subscrevo a intervenção do deputado Jorge Lemos. Salientar o facto da Câmara Municipal ter concluído este processo. É uma boa notícia.

Mas queríamos deixar uma recomendação que tem que ver com as estradas das margens direita e esquerda do rio, que são utilizadas diariamente, e em especial aos fins de semana como uma zona pedonal e ciclovia, com muita gente de Coimbra que procura esta estrutura ambiental e desportiva de grande qualidade.

E seria conveniente que a Câmara Municipal tivesse em conta que efectivamente, com alguma foram regular a circulação automóvel naquelas duas estradas, designadamente e inclusive colocando lombas redutoras de velocidade com sinalização que é fundamental que essas zonas sejam regulamentadas para defender exactamente aquelas pessoas que muitas vezes, se vêem confrontadas com velocidades acessíveis. A zona que está afecta ao hipódromo necessita de iluminação, os acessos ao Choupal precisam de iluminação, porque a partir de certa hora torna-se muito inseguro para as pessoas que ali circulam.

Gostaria de recomendar que, relativamente ao protocolo que está junto à proposta designadamente na cláusula sétima, convém que a Câmara Municipal, salvasse a possibilidade de que em períodos de cheias, os donos eventuais não sejam imputados à Câmara Municipal, isto consta na cláusula sétima.

É esta a minha intervenção sobre estas recomendações."

Presidente da Câmara

"Só para responder objectivamente a perguntas feitas.

Algumas indicações vindas deste Governo, permitem perceber a probabilidade de nós irmos a tomar conta do Choupal, torná-lo mais apresentável e mais embelezável possível.

A Ponte dos Casais não é transferida, é só estradas, penso que todos perceberam aqui qual foi o negócio, o que estava previsto, é que um dia aquela estrada fosse do Município de Coimbra e que ela nos iria ser entregue em condições. Não tendo o INAG dinheiro, isto arrastava-se, arrastava-se e eles não faziam a obra para melhorar a estrada. Penso que foi um negócio possível, talvez não seja o melhor do mundo, mas foi para servir as pessoas de Coimbra que utilizam aquela estrada para o Centro Hípico, para o Choupal, aquela situação era insustentável durante mais tempo.

A ideia que tinha, era que a Ponte não era, esse protocolo ainda está a ser revisto, não é a versão final, o que vem aqui a esta Assembleia é a autorização para se avançar nesta direcção. Não deve ser visto como um documento fechado, porque em termos jurídicos ainda há algumas coisas que tem de ser afinadas.

Mas fica registado vou ver isso melhor. "

Posto à votação, a Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, a proposta da Câmara datada de 12 de setembro, de transferência de imóveis propriedade do Instituto da Água, IP. para o Município de Coimbra

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 7 - Contrato de cedência de utilização de espaço para instalação de sistema de microprodução de electricidade - repartição de encargos:

Intervenção do deputado municipal Jorge Lemos (PS):

"Relativamente a este ponto, e o ponto seguinte, a bancada do Partido Socialista tem aqui muitas dúvidas.

A nossa proposta era que estes dois pontos fossem retirados da agenda, porquê? Porque não há elementos essenciais, porque o contrato a habilitar, para que esta Assembleia decida, porque há falta de vários elementos é uma informação muito sucinta que não sei o que é isto.

Há um ofício do Tribunal de Contas que certamente virá para a Câmara que não aparece aqui o contrato que alude esta informação também não nos foi facultado. Isto foi um concurso que houve, a data limite para a instalação deste sistema de microprodução de electricidade, terminou em finais de Agosto, o contrato foi assinado a 3 de Agosto.

Portanto, a empresa que ganhou este concurso deveria instalar este material até ao final até meados de Agosto.

A pergunta que faço é que o contrato foi instalado a 3 de Agosto, já está pago, já foi instalado, foram calculados efectivamente estes encargos, e porque destes 15 anos? Estes 15 anos vão hipotecar estes valores que estão aqui para cinco executivos.

Portanto, este processo, é um processo só de uma folha, é um processo complicado há aqui provavelmente um pedido de esclarecimento do Tribunal de Contas que não foi, não conheço o processo não sei se algum tem conhecimento do processo.

Este processo e o processo seguinte na nossa posição era retirar o processo senão o Partido Socialista não pode votar favoravelmente esta situação."

Presidente da Câmara

"Este processo é um contrato que, já foi à Câmara, já foi aprovado e provavelmente foi para o Tribunal de Contas.

Isto vai implicar uma receita anual do município nos próximos 15 anos. Receita que excede, do ponto de vista líquido, vai entrar dinheiro todos os anos. Nós tínhamos um parecer jurídico dos nossos serviços da Câmara que por esse motivo nem precisava de vir aqui à Assembleia. O Tribunal de Contas apesar de tudo entendeu que a própria receita que está adjudicada por 15 anos, isto deveria vir à Assembleia Municipal, havendo despesas plurianuais tem todo o sentido.

Não conheço o processo nem o tenho aqui, por isso não sei o que é que seguiu para os deputados municipais, poderia ter seguido o processo inteiro porque ele está disponível quem quiser olhar para ele. O processo é totalmente transparente foi à Câmara, está nas actas, está disponível para quem quiser consultá-lo.

Só vem aqui pelo facto da interpretação do Tribunal de Contas, ser diferente da Câmara é só isso."

Presidente das Mesa disse que o processo de facto é maior, mas era incomportável mandar tudo, tenho aqui o processo pode ser consultado.

Agora estar a mandar tudo é totalmente impossível.

O Presidente da Câmara disse que o contrato está assinado, se isto ficar mais 3 meses na prateleira, são mais 3 meses que o investimento, não é feito pelo Município, é feito pela empresa se vai ficar adiado e mais 3 meses que vai ficar a receita por corresponde a entrar nos cofres do município.

Posto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria com 30 votos a favor e 19 abstenções, e sob proposta da Câmara datada de 12 de setembro, autorizar, ao abrigo do disposto no art. 22.º, n.ºs 1 e 6, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, os limites máximos para a realização da despesa associada ao contrato de cedência de utilização de espaço para instalação de sistema de microprodução de electricidade, como se indica:

2011 – € 14.151,00 acrescido de IVA
 2012 - € 29.545,31 acrescido de IVA
 2013 - € 29.545,31 acrescido de IVA
 2014 - € 29.545,31 acrescido de IVA
 2015 - € 29.545,31 acrescido de IVA
 2016 - € 29.545,31 acrescido de IVA
 2017 - € 29.545,31 acrescido de IVA
 2018 - € 29.545,31 acrescido de IVA
 2019 - € 29.545,31 acrescido de IVA
 2020 - € 29.545,31 acrescido de IVA
 2021 – € 29.545,31 acrescido de IVA
 2022 - € 29.545,31 acrescido de IVA
 2023 - € 29.545,31 acrescido de IVA
 2024 - € 29.545,31 acrescido de IVA
 2025 - € 29.545,31 acrescido de IVA
 2026 - € 15.394,31 acrescido de IVA

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 8 - Fornecimento de gás natural - repartição de encargos:

Para este processo e sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 12 de Setembro, foi deliberado, por maioria, (46 votos a favor e 3 abstenções) e ao abrigo do disposto no artº 22º, nºs 1 e 6, do Decreto-Lei nº197/99, de 8 de Junho, aprovar os novos limites máximos para a realização da despesa associada ao contrato de fornecimento de gás natural, como se indica:

-2011 - € 50.460,39 acrescido de IVA

-2012- € 302.770,39 acrescido de IVA

-2013- € 302.770,39 acrescido de IVA

-2014- € 252.310,00 acrescido de IVA

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos

Ponto 9 - Fornecimento de energia eléctrica - repartição de encargos:

Do mesmo modo e sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 12 de Setembro, foi deliberado, por unanimidade ao abrigo do disposto no art. 22.º, nºs 1 e 6, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aprovar os novos limites máximos para a realização da despesa associada a este contrato de fornecimento de energia eléctrica, como se indica:

- 2011 – € 290.000,00 acrescido de IVA

- 2012 - € 1.210.000 acrescido de IVA

- 2013 - € 1.210.000 acrescido de IVA

- 2014 - € 920.000,00 acrescido de IVA.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos

Ponto 10 - Alteração do Mapa de Pessoal em vigor, face à reestruturação orgânica dos serviços:

Para o processo mencionado em epígrafe e sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 31 de Agosto, foi deliberado, por maioria (com 42 votos a favor e 7 abstenções) aprovar a proposta de alteração do mapa de pessoal que deverá vigorar até ao final de 2011.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 11 - Juízes Sociais - nomeação:

Para o processo mencionado em epígrafe e sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 31 de Agosto, foi deliberado, unanimidade, aprovar os critérios de organização das listas de candidaturas para nomeação de juízes sociais para o Tribunal de Família e Menores de Coimbra constantes da informação dos serviços;

· Excluir as seguintes candidaturas, em virtude do critério de residência:

- Catarina Isabel da Silva Santos

- Maria Amália Rodrigues Cordeiro Conde

Aprovar a seguinte lista de 20 candidatos (efectivos) para o exercício das funções de Juiz Social, junto do Tribunal de Família e Menores de Coimbra:

1-Álvaro Ferreira Simões de Oliveira

- 2-Ana Maria Parada da Costa
- 3-Susana Margarida Pereira da Fonseca Moreira
- 4-Helena Maria Fernandes Ferreira Graça
- 5-João Ernesto Madeira Nunes
- 6-Maria de Lurdes de Assunção Almeida Nunes
- 7-Ana Maria Patrício Lopes Pereira
- 8-Armanda Maria Batista de Matos
- 9-Isabel dos Santos Nunes
- 10-Lucinda Maria Bem-Haja Ferreira
- 11-Maria Manuela Soares Custódio dos Santos Sampaio
- 12-Maria dos Prazeres Gomes de Figueiredo Reis Teixeira Francisco
- 13-Ana Cláudia Cândido da Fonseca Neves Varanda
- 14-Paulo Nuno Gomes de Almeida Pinto de Sousa
- 15-Andrea Filipa Trindade Carvalho
- 16-Alcino Miguel Ferreira Morais da Silva
- 17-Carlos Manuel Rosa Pinto Reis
- 18-Lilian Nunes Vicente Fraga
- 19-Isabel Margarida Almeida Alves Ferreira Araújo
- 20-Delfina de Jesus Negrão Matos

Aprovar a seguinte lista de 40 candidatos suplentes para o exercício das funções de Juiz Social junto do Tribunal de Família e Menores de Coimbra:

- 1-Maria Teresa Gomes Fernandes Lopes
- 2-Cristina Vanessa Coimbra Nunes
- 3-Bento Miguel Monteiro
- 4-Luísa do Céu de Sá Amorim
- 5-Jorge Manuel da Silva Figueiredo
- 6-Marisa Isabel Castanheira Pires
- 7-Paulo Jorge Albuquerque Santos
- 8-João Paulo Lopes de Campos Calhau
- 9-Maria Lúcia Santos
- 10-Conceição Manuela Rodrigues Morais Jerónimo
- 11-Maria de Fátima Costa Fanzeres da Mota
- 12-Gabriela Miranda
- 13-Ana Margarida Pereira Albuquerque
- 14-José Pedro Baptista Machado
- 15-Patrícia Vaz Lourenço
- 16-Carla Cristina Esteves Coimbra
- 17-Maria João Rodrigues Vasco Mendes Alcobia
- 18-Fernanda Maria Pais Ferreira
- 19-Ana Paula Dos Santos Gaudêncio Batista
- 20-Maria Clara Ferreira Da Graça Lopes
- 21-Ana Raquel Abade Ramos
- 22-Maria Luísa da Silva Antunes
- 23-Maria Emília de Oliveira Costa Bigotte de Almeida
- 24-Gonçalo Marques Simões Martins
- 25-Carlos Alberto Pereira Barata
- 26-Gil Manuel Alves Tavares
- 27-José Lourenço Elias Pereira
- 28-Maria Manuela Antunes Sobreiro

- 29 -Maria da Saudade Lucas Abade
- 30-Paula Cristina Rodrigues Moreira
- 31-Joana Cristina Ferreira de Oliveira Nogueira
- 32-Maria João Costa Ferreira
- 33-Marisa Martins Pedrosa Gonçalves
- 34-Hugo Miguel Santos Simões
- 35-Carlos Jorge Marques Silva Florindo
- 36-Ana Paula Fernandes Duarte Rodrigues
- 37-Ana Paula Teixeira Albuquerque
- 38-Dora Margarida Pires de Jesus Simões
- 39-João Carlos Ferreira Gaspar
- 40-Renato Miguel de Nery e Sousa

Ponto 12 - Regulamento do Prémio de Jornalismo e da Investigação Adriano Lucas:

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

"Li algures que Adriano Lucas tomava para si uma verdade fundamental "Onde não há liberdade de imprensa não há democracia".

A liberdade de imprensa, os valores da independência, isenção e verdade foram sempre presentes na bússola de uma vida dedicada á comunicação social. A resistência à ditadura salazarista, as tentativas de controle no pós 25 de Abril a que se soube opor, a defesa da regionalização, a forma intransigente como sempre aprendeu a consolidar a democracia em Portugal a petição contra a co-inceneração e recentemente, é bom lembrar, a petição que conduziu á discussão em 19 de Janeiro na Assembleia da Republica da questão do Metro Mondego, afinal um jornalismo de causas a favor de Coimbra e da sua região, justificam a instituição do PRÉMIO DE JORNALISMO E INVESTIGAÇÃO ADRIANO LUCAS, grande oficial da Ordem de Mérito.

Mas quem assim se bateu pelos valores da democracia e por Coimbra, não merece um Regulamento do concurso da atribuição do Prémio com o seu nome, que não respeite, sem mácula o essencial das regras democráticas.

É sabido que os regulamentos que se destinam a produzir efeitos em relação a outras pessoas colectivas públicas, ou em relação a particulares, como é o caso, devem respeitar uma fase procedimental relativa à sua aprovação.

Referimo-nos ao artigo 118º do Código de Procedimento Administrativo que manda submeter a apreciação pública, para recolha de sugestões, o projecto de regulamento, uma emanação clara do princípio da colaboração da Administração com os Particulares.

É para isso que, também, o artigo 91º da Lei 169/99 ordena que as deliberações dos órgãos autárquicos, no caso a deliberação de 4 de Abril de 2011, porque destinada a ter eficácia externa, sejam publicadas em Edital.

Só com uma publicação, pública, para recolha de sugestões, respeitará o procedimento legalmente exigido.

Só assim, o regulamento, porque se destina a ter eficácia externa, que hoje aqui iremos votar poderá produzir, sem mácula alguma, efeitos plenos relativamente aos seus destinatários.

De todo o modo, os deputados do Partido Socialista, ainda que cientes deste vício procedimental, votarão a favor do Regulamento.

Adriano Lucas merece.

Mas trata-se de uma votação provisória.

É dever desta Câmara para os concursos de atribuição nos anos seguintes do Prémio em fase procedimental, publicitar o Regulamento para recolha de sugestões, e após isso, voltar a esta Assembleia para aprovação definitiva. Tanto mais que o Regulamento carece de uma nota justificativa da diferenciação redutora, em razão da idade, dos seus directos destinatários; os jornalistas interessados.

Adriano Lucas merece isto!"

Intervenção do deputado municipal Jorge Lemos (PS):

"Só um reparo no artigo 6º de candidatura deste regulamento.

Penso que este artigo é um pouco castrador nas idades, porque diz aqui que só podem candidatar-se aqueles que até ao final do ano civil que ocorra o concurso tenham entre 18 anos e 40 anos de idade.

A nossa bancada sugeria era que, tivesse o mínimo 18 anos e sem idade limite. Uma pessoa com 50 anos ou mais que goste de escrever e tirar fotografias não pode participar neste concurso. É só para jovens, então não ponham 40, põe 30 que é até ao cartão-jovem.

É uma sugestão, era 18 anos no mínimo sem limite no máximo."

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara datada de 31 de Agosto último deliberou, por unanimidade, aprovar as alterações ao Regulamento do Prémio de Jornalismo e Investigação Adriano Lucas, enunciadas na informação nº 30267, de 30/08/2011, da Divisão de Acção Cultural, ficando o regulamento referido dada a sua extensão, apenso à presente acta, fazendo parte integrante da mesma.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 13 - Regulamento do Conselho Municipal de Segurança:

Apresentado o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança foi o mesmo aprovado por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos, ficando o regulamento referido dada a sua extensão, apenso à presente acta, fazendo parte integrante da mesma.

Ponto 14 - HOGARSUR - desafecção do domínio público de uma parcela de terreno na freguesia de S. António dos Olivais:

Relativamente a este processo e sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 31 de Agosto, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a desafecção do domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área de 145,13m², situada na Rua General Martins de Carvalho, freguesia de Santo António dos Olivais, confrontando a Norte e Nascente com HOGARSUR (Portugal) – Construções e Investimentos, S.A. e a Sul e Poente com HOGARSUR (Portugal) – Construções e Investimentos, SA. e domínio público do Município de Coimbra

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 15 – TC- Turismo de Coimbra, EM- para conhecimento:

Intervenção da deputada municipal Isabel Melo (CDU):

"Só queria chamar a atenção que a CDU, quando se discutiu as questões do Turismo de Coimbra, chamou a atenção para o facto do programa a apresentar ser uma coisa muito pobre, sem nenhuma base de dados, que percebêssemos como é

que iria funcionar, que programa tinha, era uma coisa muito atamancada e colocada de uma maneira que nos levava a admitir que não iria haver nenhuma dinamização e a sorte de Coimbra era que, os turistas vêm cá, tenhamos nós, secção de Turismo organizada via Região de Turismo, ou via Câmara etc., os turista vêm à Cidade de Coimbra, e essa era a nossa sorte, porque todo o resto não era claro, nem a organização, nem a dinamização, nem o acolhimento dos visitantes, nem os processos de animação, nada disso.

Agora o que queríamos dizer, é que continuamos a achar que, a proposta e o que se tem que discutir tem a ver com o facto, de seja empresa municipal, seja departamento do município, este organismo tem que ter um programa capaz para a gente perceber para que é que isto serve e para que sirva para alguma coisa. Este é o primeiro reparo.

O segundo reparo, o que ficou estabelecido nas últimas Assembleias era que, discutida a questão, analisada a situação, iam ser postas propostas concretas, ou se transforma em empresa municipal ou passa a ser departamento da Câmara.

O que veio aqui à Assembleia que eu tivesse percebido, não é nenhuma proposta concreta, continuamos a pular aqui a questão

Sem proposta concreta não há solução possível.

Eu entendo que é para conhecimento, isto não é para ser votado, agora, tem de haver uma proposta concreta para haver decisões."

Intervenção do deputado municipal André Oliveira (PS):

"Não posso deixar de falar da Empresa Municipal de Turismo.

1- O estudo apresentado só para conhecimento, sobre o futuro da Empresa Municipal de Turismo de Coimbra, atesta a posição de princípio que o Partido Socialista afirmou, pois refere que entre 2008 a 2010 viu-se obrigada a resgatar financeiramente esta empresa.

2- Falamos de uma empresa que efectivamente, não vou repetir aquilo que já foi dito pela CDU, tem planos de actividades desoladores, não tem atractividade nenhuma para os turistas, entre outras coisas que já referi nesta Assembleia.

3- Consideramos que este é um vector estratégico para Coimbra, a par daquilo que tem significado ao nível nacional.

4- Aquilo que nos diz o estudo é que a base da receita continua a ser da Câmara Municipal e não aceitaremos.

5- A posição de princípio do PS, mantêm-se, ou seja, optamos por salvaguardar o erário público e defendemos a extinção da Empresa Municipal de Turismo de Coimbra. A par daquilo que tem vindo a ser das declarações do Secretário de Estado Paulo Júlio ...

Tenho duas perguntas para fazer:

1- O Senhor Presidente disse que este estudo teria como objectivo, porque não estava a tomar nenhuma decisão na última Assembleia. O senhor não estava confrontado, agora já se sente confrontado com este estudo?

2- Senhor Presidente disse que este estudo teria como objectivo, perceber onde os trabalhadores eram colocados, no que respeitava à transição da Empresa Municipal de Turismo, para uma hipotética divisão de turismo. Os compromissos assumidos.

Sinceramente que com este estudo não fiquei esclarecido em relação às preocupações que o senhor Presidente levantou, não fiquei, nomeadamente, até temos aqui no último ponto que diz das soluções claramente quais os custos que

correrão com o encerramento da Empresa de Turismo de Coimbra, nós não temos estes dados neste momento.

Portanto, eu com todo o respeito que tenho do Prof. António Martins, da Faculdade de Economia, não sei o que é que lhe foi pedido mas, as premissas que o senhor Presidente levantou em relação às dúvidas, acho que não estão aqui respondidas!

De qualquer forma o Partido Socialista nunca precisou de nenhum estudo para assumir e afirmar aqui a posição, e que fique isso bem claro.

Portanto, gostaria que o Senhor Presidente dissesse e espero que não me venha dizer que vamos ver como é que corre até ao fim do ano, se conseguimos atrair determinado investimento ou não. Acho que isto é uma profunda irresponsabilidade estarmos a continuar que a Câmara Municipal de Coimbra suporte essa Empresa Municipal que não tem qualquer viabilidade, não tem qualquer razão de o ser, neste momento, mesmo tendo mudado de Administração."

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE):

"O compromisso do Executivo para esta Assembleia não foi exactamente este. Foi que ía fazer um estudo para fundamentar, para uma tomada de decisão, chutou para canto, porque o estudo espero que não tenha sido muito caro, com todo o respeito pelo Prof. António Martins, que produzia o que cá está sem grandes dificuldades e gratuitamente.

Justamente para concluir duas coisas que são óbvias:

Ou o Turismo do centro tem parceiros ou viabilidade económica, ou tem que encerrar!

Como a primeira parte já está aprovada há muito tempo, como não tem, então tem de encerrar.

Tem de encerrar justamente fazendo o que nós propomos, desde o primeiro momento, que é integrar nos serviços da Câmara é passar haver estas funções a ser exercidas pelos serviços municipais, e garantir aos trabalhadores apurar a natureza do vínculo que tinham, salvaguardando direitos e interesses dos trabalhadores e também salvaguardando outro tipo de vínculos mais núbios não vão prevalecer, ou fazer digamos assim entrar nos quadros da Câmara Municipal um pouco à pressão. Esta é a nossa questão de salvaguarda.

Dito isto, tomamos conhecimento, não ficámos minimamente ilustrados sobre justamente o que é que isto acrescenta, aguardamos, de facto, uma decisão desta ver xutada para Dezembro."

Intervenção do deputado municipal Francisco Campos (Por Coimbra):

"A bancada do PSD e obviamente os partidos da Coligação é muito simples.

Este estudo foi feito como tínhamos combinado que iria ser feito, daqui para a frente haverá outras discussões, a Assembleia Municipal poderá sempre discutir da maneira que o melhor o entender e os outros grupos poderão discutir como melhor o entenderem.

Da parte da bancada da "Coligação Por Coimbra" o que nós achamos foi um pouco aquilo que o Executivo também achou. O estudo o que diz é que a Empresa de Turismo de Coimbra, como tem estado não pode continuar. Há até neste momento como todos sabemos a nível do Governo a intenção de se acabar com algumas Empresas Municipais, não sabemos se a Empresa Municipal de Turismo de Coimbra ou outras podem ser ou não afectadas. O que queremos continuar a

fazer é dar a oportunidade a esta Administração que entrou à relativamente pouco tempo possa mostrar exactamente o que algumas pessoas aqui já falaram.

Ter um plano, mostrar se há ou não viabilidade e capacidade financeira da empresa Municipal do turismo de Coimbra, se a Empresa Municipal o conseguir melhor. Porquê!

Porque se pode fazer melhor, com menos dinheiro do que, se calhar se fez anteriormente enquanto Divisão de Turismo de Coimbra. Que é aqui que muitas vezes as pessoas esquecem."

Intervenção do Presidente da Câmara:

"Resumidamente aquilo que já disse na reunião de Câmara onde este assunto foi debatido.

Este estudo era importante porque nos mostra o ponto de partida.

A empresa foi criada para ter um certo desenvolvimento há cinco anos atrás, onde envolvia receitas próprias, integrar parceiros privados, etc.

Aquilo que é claro e da análise feita, é que, isso não aconteceu. Aquilo para que a empresa foi criada não evoluiu nesse sentido. E portanto, das duas uma: -ou isto nunca aconteceu por razões várias, nunca foi uma prioridade de quem geriu a empresa, ou ainda haverá uma hipótese de isso mudar, ou não.

Mas, o facto é que não condições para uma empresa destas continuar.

Pessoalmente, ainda não estou convencido que não haja condições para uma empresa destas continuar.

É bom que todos entendam como a empresa municipal de Turismo foi financiada estes anos todos, ainda como este ano a Câmara Municipal de Coimbra faz contratos, com esta empresa, através desses contratos entrega algumas tarefas de promoção turística à empresa e em contrapartida paga esses serviços, é assim que as coisas funcionam.

No ano passado essa verba andou perto de 1 milhão e 300 mil euros, foram transferidos para a empresa para executar um programa de acções.

O ano de 2011, essa verba reduziu-se significativamente, anda agora abaixo dos 800 mil euros, porque quando fizemos o orçamento fizemos assim mesmo. Além disto esperava-se que a empresa fizesse um conjunto de receitas próprias. Se a empresa conseguir ter outro tanto de receitas próprias, com 800 mil euros da Câmara, valor deste ano a empresa conseguiria fazer 1 milhão e seiscentos mil euros de promoção turística, é aqui que se joga tudo, se a empresa conseguir dar este espaço, nós com menos fazemos mais. Aliás a ideia é que todos os anos daqui para a frente a verba que vai da Câmara para a empresa se vá reduzindo e que a empresa vá aumentando a sua receita própria, mais do que proporcionalmente. No limite se chagássemos ao fim e se conseguíssemos que a Câmara transferisse zero e que a empresa fizesse 2 milhões de euros em promoção turística muito satisfeitos todos ficaríamos.

A este limite provavelmente não chegaremos mas é possível caminhar nesta direcção.

Quanto a mim há uma Administração nova, entendeu o Executivo maioritariamente que devia pelo menos dar algum tempo para perceber se este caminho é possível, porque é um caminho bom para Coimbra, porque não nos interessa manter uma empresa A ou B.

O estudo também o diz, que a empresa recebendo a quase a totalidade das suas receitas do orçamento do Município, ainda assim gerou défices todos os anos. Recebia 100 e gastava 110, gerou nos últimos anos défices.

A nossa ideia é que este ano isso não vai acontecer é um compromisso da actual Administração e nunca mais pode acontecer!

Mas dir-me-ão mas a empresa vai continuar?

Todos sabemos porque conhecemos os documentos, o Governo actual está a estudar este assunto. Se fossem posta em vigor as regras que são neste momento anunciadas, a empresa fechava, 3 anos seguidos de prejuízos é motivo para fechar. Se vier um decreto -lei a dizer fecha a empresa fecha, evidentemente agora, para já ainda não conhecemos a proposta final do Governo porque se for assim ela acabará por fechar e já está tudo preparado. Nós criámos na estrutura orgânica uma divisão de turismo, já está à espera, está tudo preparado para que não haja descontinuidade na promoção turística.

Mas não se esqueçam que cada euro que a divisão de turismo gastar vem dos cofres do contribuinte de Coimbra. Ao passo que cada euro que a Empresa Municipal gasta não tem que vir todo dos bolsos do contribuinte. É aqui que está a eventual vantagem de manter uma empresa municipal.

Neste momento achamos, este estudo bem cá para, já foi à reunião de Câmara a ideia é vamos dar algum tempo. Não se consegue, a conjunta impossibilita que haja outras receitas, então está traçado o destino a empresa municipal vai fechar como é evidente

Agora é possível, há possibilidade de ir buscar receita a outras partes, há possibilidade eventualmente até de integrar privados credíveis naturalmente no capital da empresa, há alguns meses para se tratar disso, é possível, então talvez valha a pena continuar! Todos ficamos a ganhar, ninguém quer manter uma empresa só por ter uma empresa.

O vir aqui para conhecimento este documento é para que todos percebam os porquês desta decisão ter sido tomada ou da não decisão de acabar com a empresa ter sido tomada."

Intervenção do deputado municipal André Oliveira(PS):

"Senhor Presidente peço imensa desculpa mas efectivamente não estou esclarecido.

Por um lado, estamos à espera que nos venham fechar a Empresa Municipal de Turismo, estamos à espera que o Estado venha fechar a empresa, porque nós próprios não somos auto suficientes, não temos uma capacidade para analisar mesmo com o estudo que a empresa atingiu uma situação de falência técnica.

1- E que efectivamente não é viável e que as actividades turísticas associadas são completamente desoladoras, portanto não temos esta capacidade.

2- Começo a pensar que há aqui um equilíbrio difícil de equilibrar dentro da Coligação, porque em primeiro lugar não se conhece qual posição da Câmara Municipal nem do pelouro responsável sobre a anterior Administração, em relação ao trabalho que foi feito até aqui, não conhecemos uma única linha, até temos dúvidas, até parece que o senhor vereador elogiou a última Administração na última entrevista que deu a um jornal local.

Portanto, deduzo que a proposta da Câmara, partindo de um princípio que, na boa fé desta acta e naquilo que foi dito na última Assembleia, é que a Assembleia perante a proposta que o Executivo que é confiar agora numa boa gestão por parte do vereador para então ver se temos condições para manter uma Empresa Municipal que é estratégica para Coimbra.

Senhor Presidente a mim parece-me que isto não faz sentido algum, parece-me que é o adiar de uma decisão e Senhor Presidente está a ir por um caminho

errado, porque está a ir por um caminho de equilíbrio da sua equipa, que por vezes, temos de desagradar a determinados vereadores em nome de Coimbra." Tomado conhecimento do estudo apresentado sobre o TC- Turismo de Coimbra, EM, o qual fica apenso à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

Adenda – Posição Financeira do Município de Coimbra em 30/06/2011- parecer do auditor externo – para conhecimento:

Tomado conhecimento do parecer do auditor externo sobre a posição Financeira do Município de Coimbra em 30/06/2011.

Aprovação de actas:

Distribuídas as minutas das actas das sessões realizadas respectivamente em 27 de Abril e 22 de Junho, foram as mesmas aprovadas por unanimidade.

E sendo 20.00 horas, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão, a qual se lavrou a presente acta que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação.